

SUMÁRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO 8.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DO TRABALHO

A primeira conclusão que podemos retirar, após a realização deste Congresso, é o seu real sucesso como evento de referência da Segurança e Saúde do Trabalho em Portugal e agora também a nível Internacional. Através da vontade expressa das três entidades organizadoras, OERN, ACT e APSET, conseguiu-se atingir praticamente todos os objectivos propostos para o evento, apesar dos ventos de crise económica que assolam o nosso país. Bem cedo estes ventos se transformaram em desafios que, no final, acabaram por ser vencidos.

Como tema central do Congresso foi proposto, «A avaliação de riscos», em sintonia com a campanha europeia lançada pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde do Trabalho. Ficou presente em todas as sessões de trabalho deste Congresso, a sua capital importância na repercussão efectiva da redução de sinistralidade laboral e na melhoria das condições de trabalho. Ficou também presente, o grande trabalho a efectuar no nosso país, para uma efectiva e sustentada prevenção do risco profissional e melhoria de condições de trabalho, tendo presente que a nossa evolução neste capítulo é notória, mas ainda é muito ténue e frágil face aos desafios presentes e futuros dos novos riscos emergentes e face à inexistente rede de prevenção nacional dos riscos profissionais, concretizada na prática quotidiana.

Paralelamente aos objectivos propostos neste Congresso, julgamos que também se fez história na nova abordagem da prevenção dos riscos profissionais em Portugal, ao juntar na mesma mesa, aproveitando o momento oportuno da apresentação da Estratégia Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, os parceiros sociais (Centrais Sindicais, Confederações Patronais e Tutela), num debate público sobre o presente e o futuro da Segurança e Saúde do Trabalho em Portugal. Este momento foi aproveitado para salientar, perante os congressistas presentes e futuramente perante o público em geral, a importância das decisões, responsabilidades e intervenções práticas dos parceiros sociais e da própria integração das suas acções, na prossecução dos objectivos e medidas da Estratégia Nacional. Sem dúvida, o momento mais alto deste Congresso.

Quanto às diversas sessões dos dois dias de trabalhos do Congresso, salientamos as apresentações da Comissão Europeia, da Organização Internacional do Trabalho e da Agência Europeia para a Segurança e Saúde do Trabalho, proferidas na manhã do primeiro dia e a apresentação da rede ENETOSH, na manhã do segundo dia de trabalhos.



Sessão plenária de 03/07/08

Comissão Europeia – Estratégia Europeia para a SST – 2007-2012

Prelector: Jorge Costa David

Moderador: Fernando de Almeida Santos – OERN

O representante da Comissão Europeia na área do Emprego e Relações Sociais, Dr. Jorge Costa David, apresentou uma comunicação sobre a nova Estratégia Europeia para a Segurança e Saúde do Trabalho, para o período de 2007 a 2012. Na sua comunicação salientou o facto de Portugal se ter colocado na linha da frente desta Estratégia Europeia, ao adoptar a Estratégia Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho para o período de 2008 a 2012. No entanto, são poucas as instituições portuguesas que procuram a Comissão Europeia, principalmente no âmbito da Direcção Geral de Emprego, no sentido de encontrar apoio para determinadas iniciativas neste âmbito. Como referiu, há a necessidade de dar “positive strokes” e aconselhamento. Para isso, há também a necessidade de se conhecer melhor todos os mecanismos da Comissão Europeia, para melhor se beneficiar do seu apoio.

Em termos da política comunitária de Segurança e Saúde do Trabalho, foi referido que a Directiva - quadro 89/391/CEE é o instrumento-chave no domínio do bem-estar no trabalho, definindo as responsabilidades dos vários intervenientes neste domínio, sendo claro que, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, cada um deve levar a cabo as tarefas para as quais está mais bem preparado. Tendo em conta as conclusões da Estratégia Comunitária de 2002-2006 e tendo por base o 4.º Inquérito Europeu sobre Condições de Trabalho, foi alicerçada a nova estratégia de 2007-2012. O objectivo global da Estratégia Comunitária 2007-2012, abrangendo já a Europa dos 27, centra-se na redução contínua, duradoura e homogénea dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, em particular a redução dos acidentes de trabalho em pelo menos 25% até 2012. Para alcançar este objectivo global, as medidas desta Estratégia incluem a elaboração de legislação moderna e eficaz, o reforço na aplicação da legislação comunitária existente, a incrementação da cooperação ao nível da aplicação da legislação, a simplificação da legislação, a sua adaptação às alterações, o fomento do desenvolvimento e aplicação de estratégias nacionais, a promoção de mudanças de comportamento para fazer frente a novos e cada vez mais importantes riscos.

Sessão plenária de 03/07/08

Organiz. Internacional do Trabalho – Convenção 187 – Marco Promocional para a SST

Prelector: Annie Rice

Moderador: Luís Freitas – APSET

A Dra. Annie Rice da OIT apresentou uma comunicação sobre a Convenção n.º 187 – Marco Promocional para a Segurança e Saúde do Trabalho. Neste sentido, a Dra. Rice enfatizou a ligação estreita com a Estratégia Europeia 2007-2012, já que esta estratégia apela à ratificação da convenção n.º 187, por todos os países da UE. A Convenção 187 tem uma importância fundamental na promoção e desenvolvimento de uma estratégia integrada de SST nas políticas nacionais, bem como no incentivo a uma abordagem focada na promoção e não na regulamentação, enfatizando a componente preventiva.

Os aspectos essenciais a realçar nesta Convenção 187, são essencialmente a política nacional de SST, o sistema nacional de SST, o programa nacional de SST e o perfil nacional de SST. Esta Convenção é complementada pela recomendação n.º 197.



Para além da Convenção 187, a Dr. Rice enfatizou também a importância da campanha global «Decent Work is Safety Work», dando conta dos principais indicadores de sinistralidade, à escala mundial. Com esta campanha, tomamos consciência que a maioria dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais são evitáveis, podendo até ser elimináveis, de acordo com os critérios da OIT. Outros instrumentos poderão ser muito úteis para a melhoria de condições de trabalho à escala mundial, como por exemplo a «declaração sobre justiça social para uma globalização justa».

Sessão plenária de 03/07/08

Agência Europeia para a SST – Campanha Europeia sobre Avaliação de Riscos

Prelector: Lorenzo Munar

Moderador: Luís Lopes – ACT

A última apresentação da manhã do primeiro dia, foi dedicada à Campanha Europeia sobre Avaliação de Riscos da Agência Europeia para a Segurança e Saúde do Trabalho, com a intervenção do Dr. Lorenzo Munar, representante da Agência e um dos responsáveis pela campanha. Pela primeira vez a campanha europeia é feita num modelo de dois anos, proporcionando, desta forma, mais tempo para a sua preparação, para a sua colocação em marcha e para a sua promoção, para a participação, para a associação e para actos, concursos e outras actividades.

No contexto da campanha “Locais de trabalho seguros e saudáveis. Bom para si, bom para as empresas”, foram referidos alguns dados estatísticos reveladores da dimensão problemática da sinistralidade laboral na União Europeia. Na UE-27, em cada 3,5 minutos morre uma pessoa por causas relacionadas com o trabalho. Em cada 4,5 segundos, um trabalhador da UE-27, sofre um acidente que o obriga a ficar em casa pelo menos três dias. O número de acidentes de trabalho que ocasionam baixa de três dias ou mais, é enorme; mais de 7 milhões ao ano. Para além disso, há que contar também com os elevados custos a três níveis; a nível humano, a nível comercial e a nível social.

A avaliação de riscos é o primeiro passo para se obterem locais de trabalho mais seguros e saudáveis e a chave para reduzir a sinistralidade laboral e as doenças profissionais. A avaliação de riscos está na base dos princípios gerais de prevenção definidos pela Directiva – Quadro 89/391/CEE, devendo ser um processo contínuo. A avaliação de riscos é uma obrigação legal para todas as empresas, em todos os domínios, embora não cumprida por todas as empresas, sobretudo as micro, pequenas e médias empresas, pelo que a campanha europeia está dirigida a estas empresas. A campanha tem ainda um papel muito importante na informação e formação de empresários, trabalhadores, representantes de segurança e profissionais de SST.

Com esta campanha europeia pretende-se, atingir cerca de 25 milhões de PME's e cerca de 205 milhões de trabalhadores. Os objectivos estratégicos da campanha são orientados para a criação da consciência da responsabilidade legal, para a importância e necessidade prática de avaliar os riscos, para a desmistificação de todo o processo (sobretudo nas PME's), nomeadamente quanto à sua complexidade e burocracia, retirando o fantasma que a avaliação de riscos é só para peritos, para a implicação de todos no processo através da sua continuidade, fazendo apelo à qualidade e, sobretudo, para a identificação e promoção de boas práticas transferíveis e que contribuam para que os processos de avaliação de riscos sejam mais facilitados.



Sessão plenária de 04/07/08

ENETOSH – European Network Education and Training in Occupational Safety and Health

Prelector: Rana Guven

Moderador: Alfredo Soeiro - Feup e Miguel Oliveira - Isla

No âmbito dos temas deste Congresso, a formação mereceu um papel muito especial, destacando-se, não só a sessão relativa à Educação e Formação para a SST, mas também a apresentação nacional da rede Europeia ENETOSH, representada pela Dra. Rana Guven, do Ministério do Trabalho e Segurança Social da Turquia. Na sua intervenção, a Dra. Guven sublinhou a importância do tema do Congresso, referindo que a análise de riscos está incluída na cultura de segurança. A aprendizagem ao longo da vida e a cultura de segurança devem estar integradas, sendo que a sensibilização e o conhecimento sobre prevenção de riscos, devem começar desde a mais tenra idade. Reconhece-se, hoje, que a formação e a cultura de prevenção, constituem os elementos básicos para providenciar e manter a qualidade e eficiência na vida do trabalho. Esta cultura deverá estar presente em toda a sociedade, ultrapassando o local de trabalho e a população trabalhadora.

Os princípios gerais do ENETOSH são: a promoção da cultura de segurança, a aprendizagem ao longo da vida e a incorporação, na educação, da cultura de segurança. O ENETOSH iniciou a sua actividade na forma de um projecto, patrocinado pela Comissão Europeia como parte do programa de educação Leonardo da Vinci. Este projecto é constituído por 13 parceiros centrais da rede de trabalho de 10 países e por 4 parceiros silenciosos a nível nacional. Para além destes parceiros, o ENETOSH possui um «advisory board», constituído por várias organizações do trabalho (ex. Agência Europeia para a SST). A coordenação do projecto foi realizada pelo BGAG – Institute Work and Health, Dresden. Deste projecto nasceu uma nova ideia: a constituição de uma rede internacional para a cooperação entre peritos em educação e peritos em SST, a promoção e uso de exemplos de boas práticas, a integração da SST nos programas de educação, a distribuição dos programas de educação em SST ultrapassando as barreiras nacionais e culturais e o desenvolvimento de uma norma europeia para a qualificação de formadores em SST. O funcionamento desta rede baseia-se no trabalho participado em três áreas diferentes: a área da SST, a área da educação e a área da política. Em cada uma das áreas existem «target groups», constituídos, numa primeira etapa, pelos utilizadores finais, nomeadamente professores dos mais diversos graus de ensino, peritos em SST e directores de escolas ou de associações. Depois existem os chamados “multiplicadores”, utilizando outras redes de contactos, próximas dos «target groups», incluindo a área política, através dos parceiros sociais, dos representantes de ministérios e até da Comissão Europeia. A disseminação do trabalho realizado, aos chamados parceiros da rede de trabalho, é feita através de um site na web. A rede de trabalho do ENETOSH inclui, hoje, 35 membros em 16 países diferentes, coordenados pelo BGAG – Institute Work and Health of the German Social Accident Insurance (DGUV). Complementando a rede europeia, foram criadas algumas redes nacionais em alguns países, nomeadamente na República Checa, na Áustria, na Itália, na Alemanha e em Portugal.

A Dra. Rana Guven terminou a sua apresentação com o exemplo do impacto das acções da rede ENETOSH na Turquia, no período de 2005 a 2008 e os resultados dessas acções, dando relevo à importância da formação e treino em SST, ao longo da vida.

As diversas sessões paralelas realizadas ao longo dos dois dias de Congresso, foram muito concorridas por parte dos congressistas. Em seguida apresentam-se os sumários de cada uma dessas sessões.



Sessão IA – Riscos psicossociais

Tema: Gestão do stress e absentismo nos locais de trabalho ingleses

Prelector: Andrea Broughton – Institute for Employment Studies

Moderador: Norberto Rodrigues – ACT

A sessão sobre os riscos psicossociais, moderada pelo Dr. Norberto Rodrigues da ACT, iniciou-se com a apresentação da comunicação da Dra. Andrea Broughton do Institute for Employment Studies, relativa ao trabalho feito por esta instituição, com o suporte do Health and Safety Executive (HSE), sobre a gestão do stress e absentismo nos locais de trabalho ingleses. Foram apresentados alguns números relativos às consequências do stress na Grã-Bretanha; cerca de 13,8 milhões de dias de trabalho perdidos, devidos a stress provocado pelo trabalho, depressão e ansiedade, no período compreendido entre 2006 e 2007.

O HSE define o stress como sendo a reacção adversa manifestada nas pessoas, devido à excessiva pressão ou outro tipo de exigências que lhes são colocadas. No estudo feito pelo IES, verificou-se a dificuldade em medir o impacto do stress, aos vários níveis, e identificaram-se as necessidades de criar modelos de avaliação diversificados. De todo o trabalho feito pelo IES, resultaram algumas conclusões emergentes, nomeadamente: que a gestão do stress e absentismo é difícil de se fazer, mas as empresas inglesas estão muito interessadas em a desenvolver; que todas as organizações necessitam de apoio para as ajudar com estes problemas, sendo que o apoio do HSE provou ser muito útil; que existe um determinado número de barreiras e dificuldades, do género, como fazer do stress uma prioridade e como manter essa prioridade; que as mudanças a este nível demoram um longo tempo.

Sessão IA – Riscos psicossociais

Tema: Assédio moral e a realidade portuguesa

Prelector: Garcia Pereira

Moderador: Norberto Rodrigues – ACT

O Dr. Garcia Pereira apresentou uma comunicação sobre o assédio moral e a realidade portuguesa. Caracterizou, de uma forma muito clara, as causas fundamentais do assédio, aos vários níveis, exemplificando com situações reais associadas à sua vida profissional como advogado. Centralizou a sua apresentação no sentido da prevenção e nas acções necessárias para o controlo deste fenómeno no trabalho e na vida social. Elencou algumas medidas, nomeadamente a necessidade de se criarem associações de apoio às vítimas de assédio moral.

Em Portugal, este fenómeno ainda está pouco estudado e desconhece-se, ainda, a sua verdadeira dimensão. No entanto, alguns estudos recentes apontam para percentagens muito elevadas, nomeadamente no sector terciário e em particular, na banca. Garcia Pereira referiu que o assédio moral e a sua impunidade, revela um autêntico escândalo a nível nacional, devido, à fragilidade constante na lei civil, nomeadamente no art.º 496.º do Código Civil que, em certa medida, contradiz os preceitos e princípios da Lei Fundamental, que consagra a dignidade da pessoa humana como o valor estruturante da Republica Portuguesa e proclama a integridade moral como um bem jurídico essencial e inviolável. Concluiu que a precariedade de emprego dificulta imenso a acção de prevenção necessária para evitar que este problema se transforme em sinistralidade laboral e doença.

Sessão IA – Riscos psicossociais

Tema: Estudo de diagnóstico sobre as condições físicas e psicossociais de trabalho, num serviço de restauração de um organismo público

Prelector: Conceição Baptista – Instituto Nacional de Administração

Moderador: Norberto Rodrigues – ACT

A Dra. Conceição Baptista, fez a apresentação de um estudo recente de diagnóstico sobre as condições físicas e psicossociais de trabalho, num serviço de restauração de uma organismo público. Revelou que, segundo os dados do 4.º Inquérito Europeu sobre Condições de Trabalho, Portugal está classificado nas categorias de “Passive Work Organizations” e que cerca de 40% dos trabalhadores portugueses inquiridos percebem o seu trabalho como tendo impacto na sua saúde.

O estudo realizado pelo INA, concluiu que podem existir relações entre o contexto de trabalho verificado (estilo “negativo” de supervisão, ausência de apoio e de reconhecimento pessoal pela actividade desempenhada, fraca participação nas decisões sobre aspectos das actividades desempenhadas, clima negativo de trabalho, distanciamento interpessoal), o conteúdo do trabalho (falta de adequabilidade das condições físicas do local de trabalho às actividades desenvolvidas, posturas inadequadas, ausência de formação específica, sentimento de baixo valor social do trabalho desempenhado, baixa remuneração, precariedade) e sintomas de doença associadas a riscos psicossociais. Os riscos psicossociais são percebidos na interacção entre o contexto de trabalho, as condições de trabalho, as condições de vida e as características próprias de cada indivíduo.

As características culturais portuguesas diminuem a importância dos riscos psicossociais (face visível na forma como a lei e os juristas tratam estes fenómenos). Daqui resulta a revelação da importância da adopção de modelos diversificados de avaliação dos fenómenos e necessidade de estratégias de prevenção tendentes a uma mudança de “mentalidade” dominante.

Sessão IB – Segurança na construção I

Tema: Organização da segurança no empreendimento do porto exterior de La Coruna

Prelectores: Rui Martins e Maria Villar – Tabique, SL

Moderador: João Baptista – OERN

As duas sessões sobre Segurança na Construção, repartidas pelos dois dias do Congresso, moderadas pelo Eng.º João Baptista, contaram com uma vasta assembleia de congressistas, na sua maioria pessoas interessadas e profissionais da construção civil. Rui Martins e Maria Villar, fizeram uma intervenção sobre a organização da segurança, no empreendimento do porto exterior de La Coruna. Foram focados alguns aspectos técnicos específicos da coordenação de segurança de algumas actividades de trabalho deste empreendimento. Ao mesmo tempo, foi feita uma ligeira comparação entre a legislação portuguesa e a legislação espanhola ao nível da Coordenação de Segurança em Obra.

Sessão IB – Segurança na construção I

Tema: Análise de acidentes graves ou mortais na construção civil em Portugal

Prelector: Cristina Reis – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Moderador: João Baptista – OERN

A Dra. Cristina Reis aproveitou a ocasião de estar presente neste Congresso e revelou as conclusões da sua tese de doutoramento sobre a análise de acidentes graves ou mortais na construção civil, em Portugal. Neste trabalho, foram analisadas 709 obras de construção civil. Destas 709 obras, 472 não possuíam o Plano de Segurança e Saúde. Foram quantificadas 24 variáveis e foi feita uma correlação entre a probabilidade de ocorrência de acidentes e a dimensão da empresa, sendo que esta probabilidade aumentou no sentido inverso da dimensão da empresa. A partir dos resultados obtidos, bem como dos comportamentos das variáveis, foram tomadas medidas de acção correctivas ou preventivas. Deste estudo ressaltou também a ideia de que os acidentes mortais ocorrem em estaleiros sem PSS e sem Coordenação de Segurança em Obra.

Sessão IB – Segurança na construção I

Tema: Avaliação e controlo de riscos em obras de reabilit. do património arquitectónico

Prelector: Manuel Tender – Famm Engenharia

Moderador: João Baptista – OERN

O Eng.º Manuel Tender apresentou uma comunicação sobre a especificidade da avaliação e controlo de riscos em obras de reabilitação do património arquitectónico. Este tipo de obras apresenta algumas particularidades, importantes para se conhecer a dimensão e a qualidade dos riscos existentes. Normalmente são micro e pequenas empresas, especializadas, a efectuar o trabalho e normalmente os trabalhos decorrem em ambientes com um espaço exíguo, do estaleiro, que serve para armazenamento de materiais e também para a realização de determinados trabalhos. Há uma grande preocupação em manter o acesso aos utilizadores do edifício, em condições de segurança, havendo também a necessidade de se controlar os acessos ao estaleiro. Um dos maiores problemas continua a ser a ausência de uma “cultura de segurança” nos trabalhadores. O Eng.º Tender referiu alguns exemplos daquilo que é feito, no sentido da prevenção integrada, nomeadamente a previsão em projecto da utilização de andaimes para montagem das coberturas provisórias, a inserção desta especificidade nas formações de Coordenação de Segurança e a informação técnica relevante para a manutenção.

Sessão 3C – Segurança na construção II

Tema: Panorama actual da Engenharia de Segurança do Trabalho na América do Sul

Prelector: Guilherme Neto – Associação Latino Americana de Engenharia de Segurança do Trabalho

Moderador: João Baptista – OERN

No segundo dia, a sessão de Segurança na Construção abriu com a intervenção do Eng.º Guilherme Neto da Associação Latino Americana de Engenharia de Segurança do Trabalho. A sua comunicação foi direccionada para o panorama actual da Engenharia de Segurança do Trabalho, na América do Sul. A ALAEST foi criada em 25 de Setembro de 1985, durante o "I Congresso Latino Americano de Engenharia de Segurança do Trabalho", realizado na cidade de Curitiba – Paraná – Brasil, com o apoio



de congressistas argentinos, brasileiros e paraguaios. Os objectivos da ALAEST vão desde a promoção dos direitos elementares de cidadania dos trabalhadores, até à promoção da utilidade da Segurança e Saúde do Trabalho como assunto de interesse público. Foi salientado o interesse da ALAEST em unir esforços, no âmbito da Engenharia de Segurança do Trabalho, com os países ibéricos. Tendo em atenção o crescimento económico do Brasil, em particular no sector de construção, foi feita uma referência especial ao PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e ao seu impacto na Segurança do Trabalho, no Brasil.

Sessão 3C – Segurança na construção II

Tema: Novas legislações relacionadas com a segurança do trabalho e as suas implicações e constrangimentos no seio da construção civil

Prelector: José Marçal – Brisa, Eng.^a e Gestão

Moderador: João Baptista – OERN

O Eng.º José Marçal, apresentou uma comunicação orientada para as novas legislações relacionadas com a segurança do trabalho e as suas implicações e constrangimentos no seio da construção civil. O Eng.º Marçal referiu, no início da sua comunicação, a constatação de um aumento em cerca de 25% da sinistralidade laboral na construção civil em 2007, comparativamente com o ano anterior, Dentro do tema dedicado aos constrangimentos e implicações das novas legislações, exemplificou os problemas subjacentes à nova regulamentação, através da referência a alguns artigos da Lei n.º 59/2007, do D.L. n.º 59/99 e do D.L. n.º 18/2008, bem como com a Instrução de Exploração Técnica N.º 77 do IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. Mereceu destaque, na sua intervenção, as quatro conclusões retiradas: existe uma incompatibilidade entre as várias legislações, que são produzidas de modo avulso; existem Organismos Estatais que produzem documentos normativos com influência na Segurança no Trabalho, sem supervisão da tutela governativa; existe a necessidade da intervenção urgente da ACT, na estabilização de doutrinas de actuação dos vários agentes, em relação aos problemas detectados e, por último, a integração dos Princípios Gerais de Prevenção deve ser encarada como única alternativa, sempre que existam incompatibilidades ou medidas de prevenção, desfasadas da legislação de enquadramento.

Sessão 3C – Segurança na construção II

Tema: Execução do “cimbri” ao solo e os riscos decorrentes da sua montagem e desmontagem

Prelector: Arnaldo Reis – Brisa, Eng.^a e Gestão

Moderador: João Baptista – OERN

A finalizar a 2.ª sessão sobre Segurança na Construção, esteve o Eng.º Arnaldo Reis que apresentou uma comunicação técnica sobre a execução do cimbri ao solo e os riscos decorrentes da sua montagem e desmontagem.

Um dos riscos mais evidentes deste processo é o risco de queda em altura, com magnitude considerável e que, face às metodologias existentes, obriga, ao recurso exclusivo do arnês de segurança e às linhas de vida, para a sua prevenção. Ficou demonstrado que o recurso exclusivo ao arnês de segurança, não confere o nível de segurança alcançado com as soluções apresentadas. O recurso exclusivo ao arnês de segurança não responde ao exigido na legislação em vigor. Os projectistas, os fabricantes, e as entidades empregadoras, de acordo com a Lei, têm de comercializar



produtos que evidenciem a integração dos princípios gerais de prevenção, durante as suas fases de montagem, utilização e desmontagem.

Sessão IC – Gestão da Segurança do Trabalho

Tema: Segurança na concepção e utilização de máquinas; a aliança desejada

Prelector: Natália Ribeiro – Instituto de Soldadura e Qualidade

Moderador: José Pina – ACT

A sessão sobre Gestão da Segurança do Trabalho decorreu no primeiro dia do Congresso. A abrir esta sessão esteve a Eng.^a Natália Ribeiro, em representação do ISQ, que apresentou uma comunicação sobre a segurança na concepção e utilização de máquinas, dando ênfase à necessidade de existir uma ligação mais forte entre estes dois momentos da segurança de máquinas: a aliança desejada. O ponto central da sua apresentação esteve no esclarecimento sobre as alterações subjacentes à nova Directiva “Máquinas”, a Directiva 2006/42/CE, recentemente transposta para o direito interno português através do D.L. n.º 103/2008, que entrará em vigor em 29/12/2009. Foram focadas as alterações decorrentes do âmbito de aplicação, das definições, nomeadamente da quase - máquina e dos requisitos essenciais de saúde e de segurança relativos à concepção e ao fabrico de máquinas. Neste caso, a Eng.^a Natália Ribeiro referiu a ênfase que é dada, na nova Directiva, ao detalhe da avaliação de riscos por parte do fabricante, no projecto da sua máquina. Terminou a sua apresentação com uma referência muito especial à regulamentação sobre a utilização de equipamentos de trabalho, pelos trabalhadores (D.L. n.º 50/05) e a importância do cumprimento desta regulamentação, para a prevenção dos riscos com máquinas e equipamentos.

Sessão IC – Gestão da Segurança do Trabalho

Tema: Riscos na construção de túneis ferroviários em condições hiperbáricas

Prelector: Manuel Alegre

Moderador: José Pina – ACT

O Eng.º Manuel Alegre apresentou uma comunicação sobre os riscos existentes na construção de túneis ferroviários, em condições hiperbáricas. Foram dados alguns exemplos dos riscos especiais, nomeadamente das condições hiperbáricas e suas consequências e também dos riscos mecânicos presentes, através das manobras com aduelas e outros. Foram referidas as várias formas de prevenção destes riscos, através da utilização dos procedimentos de inspecção, de entrada em espaço confinado e de trabalhos em altura.

Sessão IC – Gestão da Segurança do Trabalho

Tema: Micro e nanomaquinação, sim. Mas em segurança

Prelector: Alberto Fonseca – CATIM

Moderador: José Pina – ACT

A terminar esta sessão sobre a Gestão da Segurança do Trabalho, esteve o Eng.º Alberto Fonseca, que apresentou uma comunicação sobre a micro e nanomaquinação e as suas consequências, ao nível da segurança do trabalho. Foi feito um enquadramento às nanotecnologias e à sua utilização no nosso



quotidiano. As micro e nanotecnologias são agora tecnologias-chave, para o desenvolvimento de vários sectores industriais e estão na base da “revolução industrial” em curso. No entanto, estas tecnologias não são isentas de preocupações, particularmente no que se refere aos riscos para a saúde decorrentes da exposição a nanopartículas e/ou nanomateriais, pela pessoa humana. As consequências para a saúde e segurança das pessoas que trabalham com «nanoprocessos», nomeadamente máquinas que recorrem a nanotecnologias, não são ainda suficientemente conhecidas e, portanto, as medidas a adoptar para prevenir tais consequências, se for caso disso, não se conseguem definir com clareza e objectividade, actualmente.

A investigação no domínio das tecnologias está, hoje em dia, vocacionada não só para as suas potencialidades tecnológicas e de desenvolvimento tecnológico, como também para as suas consequências sociais e ambientais e implicações da exposição das pessoas aos materiais e partículas inerentes. Em Portugal foi recentemente criado e lançada a primeira pedra para a construção, na cidade de Braga, do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia.

Sessão 2A – Prémios “Prevenir mais, viver melhor no trabalho”

Prémios “Boas práticas”: Processo de montagem antecipada de andaime e Serviço de Saúde Ocupacional e Gestão do Risco Geral

Prelectores: Pedro Vasco – Opway e Marta Mendes – Instituto Português de Oncologia, Porto

Moderador: Isabel Caixeiro – Ordem dos Médicos

A sessão sobre os Prémios «Prevenir mais, viver melhor no trabalho», promovidos pela ACT e entregues no Dia Nacional da Prevenção e Segurança, foi moderada pela Dra. Isabel Caixeiro da Ordem dos Médicos. Referiu a utilidade deste tipo de prémios para estimular a divulgação de boas práticas. Os dois trabalhos apresentados foram os vencedores do prémio de “Boas práticas”. A primeira comunicação foi apresentada pelo Eng.º Pedro Vasco da empresa Opway, sobre o processo de montagem antecipada de andaime. Trata-se de uma metodologia eficaz (de aplicação em edifícios de arquitectura corrente) no controlo do risco de queda em altura, quando comparado com a utilização dos métodos de protecção tradicionais (linhas de vida, guarda-corpos e redes contra queda de pessoas e objectos).

A outra comunicação foi apresentada pela Dra. Marta Mendes do IPOFG, EPE do Porto, sobre o Serviço de Saúde Ocupacional e Gestão do Risco Geral. Este trabalho traz-nos uma nova visão da gestão do risco nos serviços de saúde e em que, até há bem pouco tempo, estava pouco desenvolvida. Nesse serviço salienta-se a avaliação de riscos psicossociais efectuado pelo Sector de Psicologia da Saúde Ocupacional, integrado no Serviço de Saúde Ocupacional e Gestão do Risco Geral. Nesta apresentação foram também referidas todas as valências do Serviço, nomeadamente o sistema de informação/notificação de gestão de risco, a participação dos trabalhadores, a promoção da saúde, a formação e integração e a comunicação.



Sessão 2B – Educação/Formação para a SST

Tema: O ensino da SST em Espanha

Prelector: Serafin Olea – Universidade de León

Moderador: Luís Freitas – APSET

A sessão sobre Educação/Formação para a SST iniciou-se com a presença do Dr. Serafin de Abajo Olea da Universidade de León, que apresentou uma comunicação sobre o ensino em SST em Espanha.

A formação dos profissionais de SST é um dos pilares da «Lei de Prevención de Riesgos Laborales», que transpôs em 1995 a Directiva – Quadro 89/391/CEE para o regime legal espanhol, visando a criação de um sistema integrado de SST nas empresas, adequado a cada ambiente de trabalho. A formação em SST é considerada uma variável estratégica para a aplicação e eficácia da lei. O estado, principalmente através do INSHT, apoia e desenvolve acções de formação e de actualização profissional.

Existem três linhas ou níveis formativos em Espanha. A educação preventiva, inserida em todos os níveis escolares obrigatórios; a formação profissional, com as suas variantes e a formação de técnicos. A educação preventiva, é articulada entre o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais e o Ministério da Educação e Cultura, tendo como objectivo a inclusão dos conhecimentos em SST, como temas transversais, nos vários níveis do ensino obrigatório. A formação profissional inclui a formação profissional regulada e a formação profissional ocupacional. Enquanto na formação profissional regulada são ministrados módulos de Prevenção de Riscos Profissionais básicos, em todas as acções de formação profissional, na formação profissional ocupacional pretende-se a obtenção de qualificações mais vinculadas a determinadas ocupações concretas, nomeadamente o certificado profissional de «Prevencionista de Riesgos Laborales», cobrindo as necessidades e requisitos formativos dos "trabalhadores designados" para funções de prevenção de nível intermédio e de acordo com a lei. A formação de técnicos é uma formação complementar especializada, obtida em três especialidades, com um tronco comum de, no mínimo, 350 horas. Estas especialidades são a Segurança Ocupacional, a Higiene Industrial e a Psicossociologia/Ergonomia. Em Espanha, não existe ensino universitário em SST. Os médicos do trabalho para obterem este grau, têm que cursar uma especialização de três anos, tal como acontece no nosso país.

Sessão 2B – Educação/Formação para a SST

Tema: Que futuro para a formação em Segurança e Saúde do Trabalho

Prelector: Fernando Cabral – REFER

Moderador: Luís Freitas – APSET

O Dr. Fernando Cabral apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Que futuro para a formação em Segurança e Saúde do Trabalho».

A evolução do trabalho e dos riscos profissionais condicionou, em certa medida, a tipologia da formação dos agentes. A formação tem uma multiplicidade de papéis e destina-se a uma variedade significativa de agentes. A formação deve ser encarada a dois níveis essenciais: a formação habilitante (técnicos de SST, médicos do trabalho e coordenadores de segurança) e a formação qualificante (representantes dos trabalhadores para a SST, representantes dos empregadores para a SST, trabalhadores designados, etc.). São actividades complementares com destinatários distintos. A

formação contínua (de refrescamento ou actualização, periódica ou de treino) deverá ser equacionada e estruturada convenientemente, para não se perderem os seus objectivos. Para além das formações gerais de trabalhadores, deve também ser desenvolvida a formação para grupos específicos de trabalhadores (trabalhadores implicados em trabalhos de risco elevado, trabalhadores com acesso a zonas de risco grave, mudanças de tecnologia, trabalhadores implicados em actividades que envolvem várias empresas, etc.). A formação tem que ser adequada ao posto de trabalho, pressupondo que foi, executada, previamente, uma avaliação de risco. A formação deve estar centrada, assim, na avaliação de riscos. Se não for assim, a formação deixará de ser o principal suporte da prevenção dos riscos profissionais.

Sessão 2B – Educação/Formação para a SST

Tema: Evolução da formação dos técnicos de SHST no sector da construção civil

Prelector: António Bastos – CICCOPN

Moderador: Luís Freitas – APSET

O Eng.º António Bastos concluiu a sessão dedicada à Educação/Formação em SST, com uma comunicação sobre a evolução da formação dos técnicos de SHST no sector da Construção Civil.

A formação profissional em SST, tal como é entendida pelo CICCOPN, tem de ter articulação com o mundo do trabalho, acompanhando as suas necessidades. O CICCOPN tem desenvolvido intensa actividade na formação de técnicos de Segurança e Higiene do Trabalho especialmente vocacionados para o sector da construção civil, bem como no domínio da aprendizagem, com intervenção em itinerários vocacionados para a SST. A formação deve incidir numa forte abordagem prática e esse deve ser o caminho a seguir nesta abordagem da formação dos técnicos de segurança, aos vários níveis.

Sessão 2C – Gestão da Higiene do Trabalho

Tema: Quais as influências no comportamento dos trabalhadores expostos ao amianto

Prelector: Claire Tyers - Institute for Employment Studies

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

Paralelamente às sessões dos prémios “Prevenir mais, viver melhor no trabalho” e da Educação /Formação em SST, desenrolou-se a sessão subordinada ao tema da Gestão da Higiene do Trabalho. Esta sessão teve na abertura a presença de Claire Tyers, do Institute for Employment Studies de Inglaterra que apresentou uma comunicação sobre «Quais as influências no comportamento dos trabalhadores expostos ao amianto». Esta comunicação é o resultado de um trabalho de investigação apoiado pelo HSE.

No Reino Unido, são inúmeros os trabalhadores que trabalham na remodelação e manutenção de edifícios, máquinas, e outros sistemas, que implicam a exposição ao amianto. A preocupação com a elevada taxa de mortes decorrente daquelas actividades, levou à realização do estudo sobre como os trabalhadores avaliam e gerem o risco de exposição ao amianto e quais as repercussões daqueles comportamentos. Deste estudo resultaram as seguintes conclusões: os trabalhadores pouca informação e formação possuem sobre os riscos para a sua saúde, decorrentes daquela exposição, e adoptam, normalmente, comportamentos de risco com consequências potenciais para a sua saúde. A gravidade da exposição foi evidenciada pela referência feita, pelos trabalhadores, relativamente ao



cheiro, sabor e sensação devidas ao processo de contacto com o amianto. Como programas de actuação para a prevenção, identificaram-se a formação e informação dos trabalhadores e das entidades empregadoras e o reforço das actividades de fiscalização.

Sessão 2C – Gestão da Higiene do Trabalho

Tema: Gestão do risco químico – Metodologia COSHH – Essentials

Prelector: Georgina Cunha

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

A Eng.^a Georgina Cunha apresentou uma comunicação sobre a gestão do risco químico, utilizando a metodologia COSHH – Essentials.

A utilização de agentes químicos nos locais de trabalho potencia o controlo da exposição dos trabalhadores ao risco químico. Neste contexto, a informação sobre as propriedades dos agentes químicos dadas pelas fichas de dados de segurança, a informação sobre as implicações toxicológicas dadas pelas fichas toxicológicas e a correcta rotulagem das embalagens dos agentes químicos, é fundamental para se equacionar o problema. Todavia, a matriz não ficaria completa sem a introdução de outros parâmetros, tais como: tempo de exposição, via de exposição, condições ambientais e susceptibilidades individuais do trabalhador. Uma das metodologias simplificadas e disponíveis para a avaliação semi-quantitativa inicial do risco químico, é a metodologia COSHH – Essentials, desenvolvida pelo Health and Safety Executive. Esta metodologia determina a medida de controlo adequada à operação que se está a avaliar, e não propriamente o nível de risco. Além disso, esta metodologia não considera como variável de entrada do método, as medidas de controlo existentes. O COSHH baseia-se na consideração de três variáveis do processo: perigosidade intrínseca da substância em função das frases R associadas; tendência para passar para o ambiente que se mede, no caso dos líquidos, pela sua volatilidade e pela temperatura de trabalho, que definem a capacidade de evaporação do agente e quantidade de substância utilizada em cada operação classificada como pequena, média ou grande. Foi reforçada a relevância da simplificação da abordagem à avaliação do risco químico, bem como a significativa influência das condições ambientais na quantificação da exposição aos agentes químicos.

Sessão 2C – Gestão da Higiene do Trabalho

Tema: O regulamento REACH e as implicações na gestão dos riscos das empresas

Prelectores: Carla Ferreira e Alexandre Sales – Tratambiente

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

A sessão sobre a Gestão da Higiene do Trabalho terminou com a apresentação da comunicação da Eng.^a Carla Ferreira e de Alexandre Sales sobre o regulamento REACH e as implicações na gestão de riscos das empresas.

O REACH (Regulamento para o Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de agentes químicos) ou Regulamento CE n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, comporta como objectivo, melhorar a protecção da saúde humana e do ambiente, garantindo a competitividade e estimulando a capacidade de inovação das indústrias químicas da UE. O REACH é aplicado de igual forma em todos os países da EU, sem carecer de aprovação dos respectivos Estados-membros e deverá substituir cerca de 40 directivas no âmbito dos agentes químicos. Com a aplicação do REACH, os utilizadores



dos agentes químicos têm acesso a informação acerca das propriedades perigosas dos agentes químicos, contribuindo para o desenvolvimento da informação das fichas de dados de segurança. A aplicação do REACH obedece a um calendário para os pré-registos e registos das substâncias. No entanto, este regulamento causará algum impacto nas empresas (aumento do volume de trabalho, disponibilização de recursos financeiros e humanos com formação, estabelecimento de sistemas de comunicação com a cadeia de abastecimento a montante e a jusante, redução dos riscos para os trabalhadores), no mercado (aumento dos custos das matérias-primas e dos produtos) e na sociedade (aumento da informação junto dos cidadãos, melhoria da qualidade ambiental e redução dos riscos para a saúde humana).

Nos sistemas de prevenção dos riscos profissionais, o impacto do REACH será muito importante. De uma forma geral este regulamento trará um melhor conhecimento dos agentes químicos, uma melhor identificação dos perigos, mais e melhor informação disponível, melhoria das condições de trabalho e maior controlo e restrição/substituição das substâncias perigosas.

Sessão 3A – Segurança Rodoviária Ocupacional

Tema: A prevenção do acidente rodoviário ocupacional e a experiência espanhola

Prelector: Nacho Lijárcio – INTRAS – Universidade de Valência

Moderador: Alberto Silveira – APSET

A sessão sobre a Segurança Rodoviária Ocupacional iniciou-se com a presença de José Ignacio Lijárcio Cárcel, do Instituto Universitário de Tráfico y Seguridad Vial, da Universidade de Valência. A sua comunicação teve como tema a prevenção do acidente rodoviário ocupacional e a experiência espanhola, neste campo.

Os acidentes de trânsito são uma das principais causas de morte em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em todo o mundo, morrem cerca de 1.200.000 pessoas anualmente, por acidentes de trânsito e 50.000.000 resultam feridas, algumas com sequelas para toda a vida. As crenças acerca dos acidentes de trânsito no sentido de que não os podemos evitar são, hoje em dia, crenças falsas e preconceitos, já que a conceptualização actual dos acidentes determina que estes são um problema de saúde, não são acidentais, são controláveis, são evitáveis, são um processo, são uma consequência e são preveníveis. Em Espanha, os acidentes de trânsito custam a cada espanhol, cerca de 440 euros ao ano (cerca de 2% do PIB).

Tal como noutros países da Europa, a definição dos acidentes “in itinere” ou em trajecto contemplam-se como acidentes de trabalho. No entanto, a definição dos acidentes em missão, como acidentes de trabalho, tem demorado a ser contemplada na prática. O acidente de trabalho na estrada durante a jornada de trabalho ou «em missão», apareceu anteriormente na definição de acidente laboral, embora circunscrito ao sector de transporte e aos condutores profissionais; tal é justificado, em certa medida, pelo facto dos condutores profissionais possuírem os índices de incidência e a taxa de mortalidade mais elevada entre os acidentes de trabalho na estrada. Embora os acidentes de trabalho, em Espanha, tenham diminuído ao longo dos últimos anos, os acidentes rodoviários de trabalho têm vindo a aumentar. Em Espanha, dos acidentes de trabalho mortais, cerca de 40% são acidentes rodoviários.

O INTRAS tem vindo a lançar várias acções no sentido da prevenção dos acidentes rodoviários em trabalho, nomeadamente através do Programa de Formação «Condução Segura» e do Programa de Sensibilização «A fadiga e o sono na condução profissional». Uma outra campanha importante foi a Campanha de Intervenção para a Detecção da Apneia Obstrutiva do Sono.



Sessão 3A – Segurança Rodoviária Ocupacional

Tema: Gestão do risco rodoviário

Prelector: Pedro Montenegro – APM & JC

Moderador: Alberto Silveira – APSET

O Eng.º Pedro Montenegro apresentou uma comunicação sobre a gestão do risco rodoviário. Foram apresentados vários números acerca da sinistralidade rodoviária, que impressionam pelo seu montante. De acordo com a Associação Portuguesa de Seguradores, cerca de 4.500 milhões de euros foi o valor dos custos com os acidentes rodoviários no nosso país, em 2006 (cerca de 3% do PIB). A morte nas estradas é a primeira causa de morte por acidente e a 9.ª de todas as mortes, devendo ser a 3.ª em 2020, segundo a OMS – Organização Mundial Saúde. Por dia, em Portugal, entram em unidades de saúde mais de 100 pessoas em média, vítimas da estrada. No entanto, mais de 90% dos acidentes são evitáveis, após uma correcta gestão do risco. É a causa de morte mais evitável.

Globalmente, a gestão do risco rodoviário é uma das formas de se evitar os acidentes rodoviários, agindo sobre os comportamentos e as aptidões dos envolvidos na condução dos diversos tipos de viaturas. A implementação será uma consequência do diagnóstico inicial, assim como dos objectivos e metas definidos numa relação de confiança e qualidade, na prestação dos serviços. Esta implementação assenta em duas bases: através de várias técnicas de condução, de aptidão e atitude (antecipação, previsão e melhoria da aptidão) e através dos comportamentos defensivos.

Sessão 3A – Segurança Rodoviária Ocupacional

Tema: Problemas da sinistralidade rodoviária e do trabalho e metodologias para a sua investigação

Prelector: João Dias – Instituto de Mecânica – Instituto Superior Técnico

Moderador: Alberto Silveira - APSET

A fechar a sessão sobre Segurança Rodoviária Ocupacional, esteve o Eng.º João Dias em representação do Instituto de Mecânica do Instituto Superior Técnico. A sua comunicação foi direccionada para os problemas da sinistralidade rodoviária e do trabalho e metodologias para a sua investigação.

A sinistralidade rodoviária continua a ser uma das principais causas de morte em Portugal. Apesar das diversas campanhas de sensibilização e alterações ao código da estrada, Portugal ainda ocupa, na Europa dos 15, uma posição desfavorável no que respeita à sinistralidade rodoviária. É um facto que o número de acidentes e vítimas mortais, associadas a veículos conduzidos por condutores profissionais, tem conhecido um decréscimo reconhecido ao longo dos últimos anos. No entanto, em comparação com outros países europeus, Portugal apresenta graves problemas de sinistralidade ao nível da condução profissional, seja de tractores agrícolas, veículos ligeiros, pesados de mercadorias e ainda de veículos pesados de passageiros.

Foi feita uma especial referência aos acidentes ocorridos com tractores agrícolas. No que respeita ao número de vítimas mortais, destaca-se como principal causa o despiste com capotamento. De salientar a fraca resistência deste tipo de veículos a solicitações laterais e posterior capotamento, resultante da ausência e deficiência de protecção envolvente do habitáculo do condutor. Portugal é



dos países da Europa com maior número de mortes com veículos agrícolas, situação muito preocupante, dada a grandeza destes números.

Os veículos ligeiros de mercadorias e os veículos pesados também representam um problema na sinistralidade rodoviária em Portugal. No panorama Europeu, Portugal é o país que apresenta maior valor percentual do número de vítimas mortais em acidentes com viaturas ligeiras, com uma tendência crescente nos últimos anos. No caso dos pesados de mercadorias, países como Portugal e Espanha são os que apresentam maior percentagem de vítimas mortais, registando valores acima da média europeia. Em Portugal, por cada vítima mortal ocupante de um veículo pesado de mercadorias, ocorrem cerca de 5 vítimas mortais de condutores de outros veículos, de acordo com os dados da sinistralidade rodoviária de 2005. Quanto aos veículos pesados de passageiros, Portugal tem mantido, ao longo dos anos, um baixo registo de vítimas mortais. Apesar deste baixo registo de vítimas mortais apresentado em 2006, em 2007 haverá necessariamente um aumento, pois num único acidente ocorrido recentemente (caso da A23), perderam a vida 16 pessoas. Foi feita uma referência especial à investigação deste caso e às conclusões retiradas dessa investigação.

Sessão 3B – Gestão da Saúde do Trabalho

Tema: Importância da avaliação de riscos para um programa de saúde ocupacional

Prelector: Maurício Soares

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

A sessão sobre Gestão da Saúde do Trabalho iniciou-se com a intervenção do Dr. Maurício Soares, que apresentou uma comunicação sobre a importância da avaliação de riscos para um programa de saúde ocupacional.

Para os médicos poderem ser médicos do trabalho, têm que vestir a bata azul, ir até aos locais de trabalho e conhecer os postos de trabalho. Estas foram as primeiras palavras proferidas pelo Dr. Maurício Soares, no início da sua intervenção. A actividade do corpo de técnicos de segurança do trabalho é fundamental, para desenvolverem uma avaliação de riscos abrangente e detectarem potenciais problemas. No entanto, deve ser dado um enfoque particular à necessidade de avaliações conjuntas entre os técnicos de segurança do trabalho e os médicos do trabalho, nos locais de trabalho. O conhecimento da actividade da empresa e dos riscos associados ao desenvolvimento das tarefas, trabalhador a trabalhador, pelos médicos do trabalho, é fundamental para a implementação de programas efectivos de vigilância da saúde.

Sessão 3B – Gestão da Saúde do Trabalho

Tema: Gestão do risco não clínico em unidades de saúde

Prelector: Torres da Costa – Sociedade Portuguesa de Saúde Ocupacional

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

Seguiu-se a intervenção do Prof. Torres da Costa, da Sociedade Portuguesa de Saúde Ocupacional que apresentou uma comunicação sobre a gestão do risco não clínico em unidades de saúde.

Os estabelecimentos de saúde são serviços muito particulares, no que respeita à multiplicidade de áreas profissionais envolvidas e riscos a que os intervenientes estão sujeitos. Apesar da legislação reconhecer, desde há muito tempo, a obrigatoriedade dos estabelecimentos de saúde criarem



estruturas vocacionadas para a avaliação de riscos e implementação de medidas de controlo, só nos últimos anos, com a criação dos Hospitais EPE e a implementação de critérios de gestão baseados em normas reconhecidas, é que estas entidades sentiram a necessidade de controlar os riscos a que os seus profissionais se encontram expostos. A gestão do risco não clínico, em unidades de saúde, encontra-se travado ou condicionado por um conjunto de idiosincrasias, tais como: delegação de competências sem delegação de responsabilidades; imputabilidade de organismos públicos; legislação extensa, complexa e antagónica; incumprimento da legislação existente; inoperância dos órgãos de fiscalização; ausência de estratégia (SHST global) de longo prazo; relegar para segundo plano o trabalho de «campo»; multiplicidade dos organismos de reparação. Apesar das condições de trabalho terem melhorado significativamente nos últimos anos, os profissionais de saúde ainda apresentam, nos nossos dias, índices de doença relacionada com o trabalho com maior prevalência e incidência, quando comparados com outros grupos profissionais.

Em Portugal, as estatísticas oficiais sobre absentismo laboral, acidentes de trabalho e doenças profissionais, ou são inexistentes, ou incompletas ou, pior ainda, confrontam-se com uma terminologia que aniquila à partida todo e qualquer esforço de registo sério. Assim, e para além da necessidade de desenvolver uma metodologia de avaliação de risco adaptada à realidade hospitalar, torna-se necessário que os organismos públicos se empenhem na obtenção de registos fiáveis, claros, disponíveis e utilizáveis pelos profissionais com interesse na área da saúde ocupacional.

Sessão 3B – Gestão da Saúde do Trabalho

Tema: Investigação de acidentes de trabalho

Prelector: Argel de Mello

Moderador: Telma Cordeiro – APSET

A sessão de Gestão da Saúde Ocupacional, foi finalizada pelo Dr. Argel de Mello, com uma comunicação sobre a investigação de acidentes de trabalho.

A análise de um sinistro, tendo em linha de conta que na sua materialização intervieram múltiplos factores de diferente natureza, cuja influência foi desigual no desenvolvimento da ocorrência, exige que dispunhamos de um método que nos leve, progressivamente, a um diagnóstico profundo da situação responsável pelo acidente. Acrescentar, para não tratar cada acidente como um fenómeno isolado e independente da gestão da prevenção dos riscos laborais da empresa, a análise deve conduzir-nos ao aspecto que falhou no sistema de prevenção adoptado, para prevenir situações semelhantes que possam ter origem na falha do sistema detectada. Requer-se pois e antes de mais, o estabelecimento dos diferentes grupos de factores que presumivelmente intervêm, em qualquer acidente. Desta forma, foi sublinhada a importância essencial da avaliação do dano corporal nas causas dos acidentes de trabalho, no processo de investigação de acidentes. A avaliação médica do dano corporal, isto é, de alterações na integridade psico-física, constitui matéria de particular importância, mas também de assinalável complexidade. Esta complexidade decorre de factores diversos, designadamente da dificuldade que pode existir na interpretação das sequelas, da subjectividade que envolve alguns dos danos a avaliar, da impossibilidade de submeter os sinistrados a determinados exames complementares de diagnóstico, de inevitáveis reacções psicológicas aos traumatismos, de situações de simulação ou dissimulação, entre outros. A investigação de acidentes deverá seguir uma metodologia íntegra, de forma a poderem equacionar-se as medidas preventivas chave.



Sessão 4A – Avaliação de Riscos – Metodologias

Tema: Avaliação de Riscos; ainda algumas dificuldades

Prelector: Michel Monteau – Institut Nationale de Recherche et Sécurité

Moderador: Alfredo Soeiro – FEUP

A sessão sobre avaliação de riscos-metodologias, foi uma das sessões paralelas com maior expectativa, por parte dos congressistas. O primeiro interveniente foi o Dr. Michel Monteau, do Institut Nationale de Recherche et Sécurité, que apresentou uma comunicação subordinada ao tema da «Avaliação de riscos; ainda algumas dificuldades».

A legislação requer que as empresas apresentem a sua avaliação de riscos num documento único, agrupando os dados obtidos na identificação de perigos e na avaliação de riscos, por unidade de trabalho. Os riscos devem ser registados hierarquicamente e sujeitos a iniciativas para o seu controle, envolvendo os trabalhadores. Esta forma legal de ver a avaliação de riscos, deu lugar a um considerável número de metodologias de suporte. Desta forma, as empresas acabaram por sentir que estariam a cumprir os requisitos legais, fundamentando-se nestes documentos únicos. No entanto, sem colocar em causa estes documentos e os inúmeros processos de avaliação de riscos, existe muito pouca informação sobre a real eficácia do uso destes documentos únicos e dos documentos existentes sobre a análise e avaliação de riscos.

Existem situações perigosas que são difíceis de identificar; no entanto, são frequentes e podem convergir para acidentes graves. Várias formas de risco podem escapar às metodologias usadas para situações conhecidas. O risco ocasional é um exemplo. Qualquer situação não rotineira pode levar ao imprevisto e, em determinadas circunstâncias, ao risco. Estes riscos são difíceis de se observar de forma directa. Outro tipo de risco é o risco sem perigo, ou seja, os acidentes induzidos por uma perturbação de movimento. Este tipo de problemas acontece devido a perturbações do movimento da vítima, imediatamente antes do dano. O exemplo concreto de uma queda num solo perfeitamente adequado, devido ao tropeção em si, da vítima e a sua queda violenta no chão. Um outro risco a considerar é o risco clandestino. Este risco está presente nas actividades dos serviços e no seu desenvolvimento actual, dando origem ao surgimento de múltiplos riscos psicossociais como o stress, o assédio e o trabalho monótono. Muitas das situações de stress ou de trabalho monótono apenas são identificadas pela empresa quando já estão instaladas e se tornam visíveis. Após a confirmação dos problemas através de vários métodos, chega-se à conclusão que é muito difícil modificar a situação, porque pura e simplesmente o risco foi instalado quando se dimensionou e planeou o trabalho. A avaliação de riscos deve ser permanente e deve crescer com a necessidade do aumento na prevenção de acidentes.

Sessão 4A – Avaliação de Riscos – Metodologias

Tema: Percepção das inspecções de trabalho da UE, quanto à avaliação de riscos profissionais nas PME's

Prelector: Manuel Roxo – ACT

Moderador: Alfredo Soeiro – FEUP

O Dr. Manuel Roxo apresentou uma comunicação sobre a percepção das inspecções do trabalho da UE, quanto à avaliação de riscos profissionais em PME's.

Foi referido que na reunião do «CARIT – Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho» que decorreu durante a Presidência Portuguesa da U.E, se procedeu a um debate temático sobre a avaliação dos riscos profissionais em PME's, alimentado essencialmente pelos resultados de um questionário com o objectivo de detectar as práticas percebidas pelas inspecções do trabalho europeias, nos respectivos países. O questionário foi enviado às inspecções do trabalho de 29 países, tendo sido recebidas respostas de 26 (taxa de resposta de 90%). O questionário propunha um conjunto de questões referenciadas a quatro dimensões: os recursos mobilizados pelo empregador, a qualidade dos métodos e processos de avaliação de riscos, a participação dos trabalhadores na avaliação de riscos e o papel da Inspeção do Trabalho na avaliação de riscos.

Da análise final feita aos questionários, retiraram-se algumas conclusões importantes, necessárias para o conhecimento da realidade da avaliação de riscos no nosso espaço europeu. As áreas da avaliação de riscos em que são mais utilizados recursos internos, são as estatísticas de acidentes de trabalho com mais de três dias de baixa, a análise de acidentes de trabalho e a definição de medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente. As áreas em que este tipo de recurso é menos utilizado são a avaliação quantitativa de riscos biológicos, as auditorias de saúde e segurança e a análise de modos de falha e seus efeitos. As principais metodologias e processos de avaliação de riscos em uso pelas PME's, no espaço europeu, são as estatísticas de acidentes com mais de três dias de baixa, as inspecções e verificações de segurança e a investigação e análise de acidentes de trabalho. As menos utilizadas são a análise de postos de trabalho, a análise de modos de falha e seus efeitos e as auditorias de segurança. Os profissionais mais frequentemente encarregues das actividades de avaliação de riscos foram, por ordem decrescente, identificados como sendo os engenheiros e técnicos de segurança, o próprio empregador, os trabalhadores designados para o efeito, os higienistas industriais, os médicos do trabalho, os encarregados da produção, os ergonomistas, os psicólogos e sociólogos, e, por último, há casos em que não se constata qualquer requisito específico. A fase da avaliação de riscos em que os trabalhadores mais são chamados a participar é, principalmente, a identificação de perigos. A selecção de metodologias e a consulta para a designação de recursos a afectar à segurança e saúde no trabalho, são aspectos onde, comparativamente, os trabalhadores são menos ouvidos. A acção de controlo inspectivo sobre a avaliação dos riscos faz, maioritariamente, parte do planeamento da acção pró-activa das inspecções de trabalho. Essa intervenção inclui o controlo dos processos de consulta dos trabalhadores.

Sessão 4A – Avaliação de Riscos - Metodologias

Tema: Sinistralidade no sector da metalomecânica, caracterizada pelas novas variáveis do Eurostat

Prelector: Celeste Jacinto – Universidade Nova de Lisboa

Moderador: Alfredo Soeiro – FEUP

A Dra. Celeste Jacinto apresentou uma comunicação sobre a sinistralidade no sector de metalomecânica, caracterizada pelas novas variáveis do Eurostat. Esta comunicação sobre a metalomecânica é parte de um estudo mais abrangente que cobriu vários sectores de actividade económica. O estudo completo foi financiado pelo GEP (Gabinete de Estratégia e Planeamento), que o publicou integralmente com a referência “Causas e circunstâncias dos acidentes de trabalho em Portugal, 2001-2003”.

O sector de metalomecânica é caracterizado por ser um sector de elevada sinistralidade. Isoladamente, é aquele que apresenta o maior índice de incidência global: quase 19.000 acidentes totais por 100.000 trabalhadores. No caso dos acidentes mortais, o índice de incidência da metalomecânica (cerca de 16 mortes/100.000 trabalhadores) é quase 4 vezes inferior ao das



Indústrias Extractivas (cerca de 62 mortes/100.000 trabalhadores). Ou seja, os trabalhadores da metalomecânica correm um risco de morte relativamente baixo, mas são aqueles que, a nível nacional, estão mais expostos ao risco de acidente não-mortal. Na variável contacto, os acidentes mortais dão-se essencialmente devido a queda e esmagamento (cerca de 49%) e pancada em objecto (cerca de 16%). Nos acidentes não mortais, estes ocorrem por pancada em objecto (cerca de 37%), contacto com agentes cortantes, afiados ou ásperos (cerca de 18%) e constrangimento físico do corpo (cerca de 16%). De uma forma geral, o mecanismo do acidente “típico” não mortal neste sector, é caracterizado pela pancada por objecto (cerca de 37%), provocado por transbordo, emissão ou fuga, em cerca de 57% dos casos. O acidente “típico mortal” neste sector, é caracterizado pela queda, esmagamento (cerca de 49%) e provocado por escorregamento, em cerca de 80% dos casos. De acordo com este estudo, em nenhum outro sector as quedas têm um peso relativo tão elevado, na morte dos trabalhadores.

Sessão 4A – Avaliação de Riscos – Metodologias

Tema: Avaliação de Riscos – do espaço confinado à dispersão territorial

Prelector: Fernando Frade – Grupo Jerónimo Martins

Moderador: Alfredo Soeiro – FEUP

O Eng.º Fernando Frade terminou esta concorrida sessão sobre a Avaliação de Riscos, com uma comunicação sobre a avaliação de riscos - do espaço confinado à dispersão territorial. O Eng.º Fernando Frade começou por referir que, ao longo dos últimos anos, tem dedicado grande parte do seu tempo de estudo e pesquisa às metodologias de avaliação de riscos e à sua aplicabilidade a casos práticos. Referiu que algumas metodologias, como é o caso da matriz de falhas e outras, se tornaram moda e são muitas as derivações ao método que hoje em dia é aplicado no mercado, tendo cada um dos autores dessas derivações tentado dar um cunho pessoal à base de trabalho, tornando-o «o seu método», sem que, em muitos dos casos, se tenha tido o cuidado de validar cientificamente ou até empiricamente as alterações que foram introduzidas. Esta urgência e outras, como a necessidade de, em tempo útil, dar cumprimento aos requisitos legais, pode conduzir a erros de avaliação, que nos poderão levar a resultados menos desejados. Avaliar riscos é fácil, o que é difícil é fazê-lo de forma sustentada e tecnicamente correcta. Em certa medida, a avaliação de riscos tornou-se num processo automático, acolhendo em várias situações a cópia pura e simples de situações que designamos por “idênticas”, mas que, na sua génese, são completamente diferentes, pois podem depender de coisas tão simples como o espaço disponível para as exercer, as condições envolventes, a cultura de segurança, pelo que, como afirmamos, são idênticas mas não iguais. A avaliação de riscos só é instrumento de trabalho e de apoio se for realizada no local, no equipamento, na situação, tendo como base a correcta aplicação do método.

Sessão 4B – Problemas Musculo-Esqueléticos Relacionados com o Trabalho

Tema: Análise postural em tarefas de transferência de pacientes

Prelector: Manuel Freitas

Moderador: Ricardo Reis – OERN

A sessão sobre os Problemas Musculo-Esqueléticos Relacionados com o Trabalho, iniciou-se com a comunicação do Eng.º Manuel Freitas, subordinada ao tema específico da análise postural em tarefas de transferência de pacientes.



Segundo a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, aproximadamente 10% dos trabalhadores da União Europeia desempenham a sua actividade profissional no sector da saúde e da protecção social, sendo que uma proporção significativa trabalha nos hospitais. Este facto faz da saúde um dos maiores sectores de emprego na Europa, abrangendo um vasto leque de actividades profissionais. Em contexto hospitalar, existe uma grande diversidade de factores de risco a que os profissionais de saúde estão expostos, dependendo aqueles das actividades desempenhadas. No entanto, uma larga maioria destes profissionais necessita de realizar, com alguma frequência, tarefas de transferência e de posicionamento de pacientes ao longo do dia, das quais poderão resultar lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (LMERT).

Actualmente já existem métodos que permitem avaliar o risco de LMERT a que os profissionais de saúde podem estar sujeitos, durante a execução de tarefas de transferência de pacientes. Um dos métodos que permite realizar esta análise postural é o método REBA – Rapid Entire Body Assessment, tendo este sido criado para valorar o risco do corpo inteiro. Esta metodologia foi aplicada às principais tarefas de enfermagem, associadas à mobilização de pacientes, susceptíveis de provocarem lesões músculo-esqueléticas, aos enfermeiros de dois dos serviços de uma unidade hospitalar do Porto. Este estudo foi precedido por um Questionário Nórdico (Standardized Nordic Musculoskeletal Questionnaire), de modo a efectuar a caracterização da prevalência das queixas músculo-esqueléticas dos profissionais de saúde destes serviços. Deste estudo concluiu-se que algumas tarefas de transferência de pacientes são claramente exigentes para os profissionais de saúde, independentemente do local de trabalho, podendo assim traduzir-se num risco de LMERT para estes. A eliminação ou redução deste risco deveria ser feito, desejavelmente, na fase de projecto de qualquer estabelecimento de saúde, identificando-se desde logo que tipo de utentes o estabelecimento e/ou os serviços irão receber, prevendo-se a necessidade da adopção de medidas de controlo logo na fase do projecto.

Sessão 4B – Problemas Músculo-Esqueléticos Relacionados com o Trabalho

Tema: Risco de lesões músculo-esqueléticas do membro superior na indústria de abate e desmanche de carnes

Prelector: Florentino Serranheira – Escola Nacional de Saúde Pública – UNL

Moderador: Ricardo Reis – OERN

O Prof. Florentino Serranheira apresentou uma comunicação sobre o risco de lesões músculo-esqueléticas do membro superior, ligadas ao trabalho (LMEMSLT) na indústria de abate e desmancha de carnes. Esta apresentação é o resultado de um estudo que incidiu sobre trabalhadores de uma indústria de abate e desmanche industrial de animais para consumo humano, num total de 56, dos quais 19 do sexo masculino. Com este estudo pretendeu-se identificar sintomatologia de LMELT referida pelos trabalhadores e avaliar clinicamente os trabalhadores sintomáticos, diagnosticar as situações de risco dessas lesões, utilizando um método observacional de avaliação de risco de lesões músculo-esqueléticas, a nível do membro superior (LMEMSLT) e identificar aspectos da exposição biomecânica em alguns postos de trabalho, com recurso a instrumentação.

Os resultados revelaram uma importante prevalência de casos diagnosticados de LMELT relacionados com a actividade de trabalho. A prevenção dessas lesões só será possível através da elaboração e aplicação de programas de diagnóstico e gestão do risco de LMEMSLT nos locais de trabalho que sejam eficazes e se baseiem na intervenção sobre a actividade e as condições de trabalho.



Sessão 4B – Problemas Musculo-Esqueléticos Relacionados com o Trabalho

Tema: Lesões Musculo-Esqueléticas Relacionadas com o Trabalho – a perspectiva da medicina do trabalho

Prelector: Ponce Leão – Instituto Piaget

Moderador: Ricardo Reis – OERN

A finalizar esta sessão, o Dr. Ponce Leão apresentou uma comunicação sobre as lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (Imert's) – a perspectiva da medicina do trabalho.

As lesões músculo esqueléticas (LME) continuam a ser o problema de saúde relacionado com o trabalho, mais comum na UE-15 (53%). Esta é uma realidade que, por vezes, é ignorada por diversos intervenientes no mundo laboral. São variadas as designações deste tipo de patologias. “Lesões por esforço repetitivo” e/ou “distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho” (L.E.R./D.O.R.T), designação utilizada em múltiplos trabalhos publicados no Brasil. Este tipo de lesões é cinco vezes mais frequente nos trabalhadores expostos a vibrações do que nos que executam movimentos repetidos. As hérnias lombares resultantes de vibrações, são um outro caso em que o próprio trabalhador não associa a causa à perturbação de que foi vítima. A conjugação da intervenção de Fisiatras, Fisioterapeutas e Ergonomistas, para além da Medicina do Trabalho e da Enfermagem do Trabalho, com a colaboração da Direcção da Obra ou da Empresa, podem ajudar a melhorar o quadro presente. Não deve ser esquecida a intervenção do Técnico de Prevenção e Segurança que, muitas vezes, é o primeiro a identificar os problemas. A visita ao local de trabalho pelo Médico do Trabalho é fundamental. A interligação de esforços é primordial.

A diminuição de impostos na aquisição de material ergonomicamente mais evoluído será uma hipótese a ponderar, pois as sequelas são um peso para a vítima, para as famílias, para a sociedade e, provavelmente, a diminuição de «lucro» dos impostos cobrados será compensada por menos encargos com as Doenças Profissionais.

Sessão 4C – Sistemas de Gestão da SST

Tema: Efectividade dos sistemas de gestão da SST

Prelector: Zofia Pawlowska – Central Institute for Labour Protection, Polónia

Moderador: Paulino Pereira - ACT

A sessão sobre sistemas de gestão da SST, decorreu paralelamente às sessões sobre avaliação de riscos e sobre os problemas musculo – esqueléticos relacionados com o trabalho. A abrir esta sessão esteve a Dra. Zofia Pawlowska, representante do Central Institute for Labour Protection – National Research Institute da Polónia, que apresentou uma comunicação sobre a efectividade dos sistemas de gestão da SST.

Nos últimos anos temos assistido ao reconhecimento de que os sistemas de gestão da SST são uma verdadeira estratégia, efectiva para a melhoria e desenvolvimento da Segurança e Saúde no Trabalho. Houve um considerável desenvolvimento e implementação destes sistemas em várias empresas, em todo o mundo. Dependendo do modo como o sistema é projectado e implementado, bem como dos objectivos de SST considerados no sistema, ele pode constituir uma ferramenta efectiva de gestão ou um “tigre de papel” que existe e que não melhora em nada o desempenho em SST. No papel, o exemplo de sucesso da sua implementação, a sua influência ou implementação da gestão, podem estar presentes. Mas só no papel, já que na prática estes sistemas não influenciam a tomada de acções.

Foram apresentados alguns estudos, levados a cabo nomeadamente na Polónia, em empresas da indústria metalúrgica, que confirmam que os sistemas de gestão da SST podem ser uma ferramenta efectiva para a prevenção. No entanto, não existem evidências suficientes para a alta efectividade dos sistemas existentes, sejam eles normativos ou voluntários. O desenvolvimento de uma estrutura formal serve, sem dúvida, para impor uma certa ordem nas medidas e pode resultar numa determinada melhoria das condições de trabalho. No entanto, uma simples política e desenvolvimento de procedimentos sistematizados, sem assegurar que os trabalhadores acreditem nas declarações da gestão e se comprometam com as medidas adoptadas como parte do sistema, não significa que o sistema esteja bem implementado. Um sistema de gestão que não motive os trabalhadores e mude a cultura de SST da organização, terá um fraco impacto no desenvolvimento das normas de SST da empresa e a sua efectividade e potencial desenvolvimento será questionável.

Sessão 4C – Sistemas de Gestão da SST

Tema: Responsabilidade social das empresas e a Segurança e Saúde do Trabalho

Prelector: Henk Feith – Silvicaima

Moderador: Paulino Pereira – ACT

O Eng.º Henk Feith apresentou uma comunicação sobre a responsabilidade social das empresas e a segurança e saúde do trabalho, através de um caso prático aplicado à sua empresa.

Muitas actividades de operações florestais como florestação ou exploração, são associadas a riscos elevados para a saúde e segurança dos trabalhadores florestais. Grande parte destas actividades é desenvolvida por empresas fornecedoras de serviços florestais, de pequena dimensão. O perfil dos trabalhadores florestais é de baixa qualificação escolar e profissional, cuja principal valia é a sua experiência, por vezes de décadas. Normalmente receberam pouca ou nenhuma formação específica em saúde e segurança no trabalho.

Para a realização das actividades florestais, como florestação, manutenção e exploração florestal, a Silvicaima recorre à contratação de empresas fornecedoras de serviços florestais (FSF), contando actualmente com uma centena e meia de empresas. A Silvicaima promove a qualificação das empresas FSF, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações sociais e laborais, por parte delas. Esta qualificação tem por base a recolha prévia de um conjunto de evidências desse cumprimento.

Conhecendo as dificuldades encontradas pelas empresas FSF na compreensão e cumprimento da legislação social e laboral, a Silvicaima decidiu desenvolver um projecto de apoio e de sensibilização de empresas FSF, cujo objectivo final é aumentar a sua capacidade de gerir e cumprir as suas obrigações sociais e laborais. O projecto conta, em 2008, com a colaboração voluntária de um grupo de 26 empresas FSF, na realização gratuita de um diagnóstico sobre o grau de cumprimento das suas obrigações sociais e laborais (OSL). Este diagnóstico visa ultrapassar as dificuldades provocadas por desconhecimento ou falta de qualificação por parte dos gerentes. Após uma autoavaliação inicial, a empresa é avaliada com base numa lista de verificação das principais obrigações sociais e laborais. Este trabalho é complementado com uma avaliação de campo sobre a utilização de métodos seguros de trabalho, na realização dos serviços florestais. As empresas aderentes recebem, no fim do diagnóstico, um relatório, onde estão detalhadas as situações de incumprimento legal encontradas e onde é transmitido um conjunto de recomendações à gerência da empresa, que permitam melhorar o seu empenho na área de saúde e segurança dos seus trabalhadores e nas obrigações sociais e laborais como empregador.

Sessão 4C – Sistemas de Gestão da SST

Tema: Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

Prelector: Vasco Carrelhas

Moderador: Paulino Pereira - ACT

A sessão finalizou com a intervenção do Eng.º Vasco Carrelhas, que apresentou uma comunicação sobre os sistemas de gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

O Eng.º Vasco Carrelhas referiu que a Segurança e Saúde do Trabalho (SST) tem sido encarada, em alguns sectores do tecido empresarial, designadamente em PME's, como um aspecto interno das empresas (de dentro para dentro) e, com frequência, a gestão das empresas tem assumido uma atitude reactiva, não só relativamente à legislação, mas também aos disfuncionamentos. A implementação e desenvolvimento de sistemas de gestão da SST, ajudará a inverter esta situação, permitindo a melhoria do desempenho das empresas. No entanto, é importante salientar, neste contexto, que a segurança e saúde ocupacional se tem mantido como o parente pobre na gestão global, como prova, por exemplo, o resultado da reunião de Janeiro de 1997, em Genebra, do Technical Management Board da ISO, onde na resolução 6/1997 se podia ler: «O TMB decidiu não empreender, de momento, nenhuma acção para iniciar actividades no seio da ISO, no domínio da normalização de sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional». Esta decisão é consequência de uma consulta internacional que teve lugar em Genebra, em Setembro de 1996, com resposta negativa dos membros da ISO. Desta forma e embora não exista, neste momento, uma norma internacional para sistemas de gestão da SST, existem inúmeros referenciais, alguns deles certificáveis, como é o caso da, agora, norma OHSAS 18001. A OHSAS 18001, embora não seja uma norma regional, elaborada pelo CEN, nem uma norma internacional, elaborada pela ISO, tem vindo a ter uma aceitação muito significativa por parte de organismos de referência, de muitos países. Por isso, também Portugal, e no âmbito do Sistema Português da Qualidade, traduziu e adaptou este documento a que foi atribuída a designação de Norma Portuguesa NP 4397 – Sistemas de gestão da Segurança e Saúde do trabalho - Especificações, que foi publicada em 2001. Actualmente, esta mesma Comissão está a actualizar esta norma portuguesa, com base na versão de 2007 da OHSAS 18001, prevendo-se que possa ser publicada pelo IPQ no 2º semestre de 2008.

Apresentação da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2008-2012

Prelector: Luís Lopes

O Dr. Luís Lopes da ACT fez a apresentação da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008-2012. Esta apresentação esteve rodeada por alguma curiosidade e expectativa, por parte dos congressistas, já que se previa a revelação de alguns pormenores sobre a implementação prática dos objectivos preconizados neste documento estratégico. Foi o que aconteceu.

O Dr. Luís Lopes iniciou a sua apresentação revelando que Portugal foi o terceiro Estado-membro a preconizar a sua estratégia nacional para a SST, sendo desses três primeiros, o único país que nunca teve uma estratégia nacional. Por isso, este documento foi feito a partir do zero, ou quase, não sendo uma adaptação de uma anterior estratégia para se fazer uma mais adequada. Foi também referido que a estratégia não foi elaborada a partir de cima, mas sim através de um amplo debate e consensualização com todos os parceiros sociais com assento no Conselho Permanente de Concertação Social, que a aprovaram por unanimidade, em sede do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho. Este amplo debate aconteceu também com a elaboração de propostas, por parte dos parceiros sociais, que partiram de um documento original elaborado pela ACT. Todos os



parceiros sociais têm sugestões suas, que foram acolhidas na versão final desta estratégia, realçando o esforço que houve por parte de todos para a sua elaboração. A aprovação por Resolução do Conselho de Ministros, significa que o Governo, através desta medida, «amarra» toda a Tutela, toda a Administração Pública e todos os Ministérios, ao cumprimento desta mesma estratégia.

O Dr. Luís Lopes fez também uma reflexão sobre os antecedentes que estiveram na origem desta estratégia. Foi feita uma referência especial ao facto de «Portugal não andar a dormir nesta matéria». Portugal tem feito, sobretudo desde a transposição da Directiva-Quadro, um esforço muito grande de reflexão, de identificação de problemas e de propostas de soluções para os problemas, que muitas vezes não têm o merecido seguimento prático. Esta estratégia só é possível a partir de todos os acordos e momentos determinantes que aconteceram no passado.

Esta nova estratégia também pretende fazer um diagnóstico crítico e explicitar as razões sobre os caminhos que vão ser seguidos. É uma questão de honestidade intelectual. Nos aspectos positivos, o Dr. Luís Lopes salientou que a SST começa a ser um tema importante e respeitado pelos verdadeiros actores do dia-a-dia do mundo do trabalho, sejam os verdadeiros empresários, sejam os verdadeiros dirigentes sindicais. Hoje já se vê a SST integrada na gestão da empresa, na actividade sindical, no dia-a-dia do mundo do trabalho e é o resultado de um esforço continuado de muitos anos. Outro aspecto positivo, embora com genes negativos, é que, com o desenvolvimento de políticas de SST, gerou-se um mercado emergente e desenvolveram-se vectores de formação especializada neste domínio. Sem tudo aquilo que já foi feito, não teríamos ainda técnicos de SHST ou técnicos superiores de SHST; teríamos essencialmente curiosos. Os técnicos que estão nesta área, sejam técnicos de segurança ou técnicos de saúde, têm que ser profissionais altamente especializados, muito bem formados, bem qualificados e especificamente dirigidos para esta área.

Os aspectos negativos também devem ser realçados. Um dos aspectos negativos mais importantes sobre a nossa ineficiência nesta área, é a deficiente coordenação entre as entidades públicas e as entidades privadas. É dada uma maior ênfase à produção legislativa do que à concepção de políticas públicas. Traduzimos as directivas e não as transpomos. Este facto não aconteceu com a estratégia. Esta foi realizada com base na estratégia europeia, mas ancorada na realidade portuguesa. Outro aspecto negativo, referido pelo Dr. Luís Lopes e registado no texto da estratégia nacional, é a deficiente análise à aplicabilidade da legislação nas PME's, facto que não deriva só, nem sobretudo, do facto dos empregadores e trabalhadores serem aversos à aplicação da lei, mas resulta, essencialmente, da falta de mecanismos de adaptação da lei nas PME's. Temos de repensar o paradigma das empresas para o qual foi dirigida esta legislação. Um outro aspecto negativo é que temos dado uma maior atenção à componente segurança no trabalho do que à componente saúde ocupacional, sobretudo porque temos um melhor conhecimento dos problemas ligados à realidade da segurança do trabalho do que à realidade das doenças profissionais. Outro aspecto negativo referido na estratégia, é a dificuldade em aplicar a legislação da SST na Administração Pública. Mas a sua aplicação é decisiva, como sinal e como exemplo moral, para que a Administração Pública possa exigir ao sector privado, que cumpra a legislação. Temos dados estatísticos sobre as doenças profissionais, mas incompletos e insatisfatórios. Há uma cultura de prevenção ainda muito insatisfatória e, em grande parte, tal deve-se ao facto das matérias de SST ainda serem pouco relevantes nos diversos currículos escolares, inclusivamente no ensino superior.

A Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2008-2012., assenta essencialmente em dois eixos. O primeiro eixo diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas que sejam coerentes e eficazes, que resultem da articulação entre os vários departamentos da Administração Pública e que funcionem como motores da mobilização da sociedade. O segundo eixo diz respeito à promoção da SST nos locais de trabalho, como pressuposto de uma melhoria efectiva das condições de trabalho.



No primeiro eixo e relativamente ao primeiro objectivo, no âmbito do desenvolvimento e consolidação de uma cultura de prevenção entendida e assimilada pela sociedade, o Dr. Luís Lopes destacou a realização do inquérito nacional às condições de trabalho, como sendo a medida mais emblemática desta estratégia. Ninguém sabe realmente as condições de trabalho que temos. A estatística é parca e, em algumas situações, contraditória. As políticas não podem ser definidas sem se saber o que temos. E isto não é nada de novo na Europa. Os espanhóis já vão no oitavo inquérito. Precisamos urgentemente de indicadores sobre as nossas condições de trabalho. Teremos pois, de repetir os inquéritos, de modo a identificar tendências, caminhos a seguir e avaliar as medidas que forem tomadas ao longo do tempo. Esta é a medida-chave para a implementação da estratégia nacional. Foi realçado o aspecto relacionado com a necessidade de se adaptar os nossos sistemas estatísticos dos acidentes de trabalho aos sistemas estatísticos comunitários e, sobretudo, assegurar um efectivo diagnóstico das doenças profissionais, dada a situação dramática que se vive no nosso país.

O Dr. Luís Lopes deu um particular destaque à medida 5.1. do objectivo n.º 5, nomeadamente a falta de inspectores de trabalho no nosso país. O número de inspectores de trabalho está muito aquém daquilo que seria desejável e do rácio recomendado pela OIT. É necessário dotar a ACT de mais inspectores de trabalho e colocar mais inspectores no terreno e não no gabinete. No entanto, o aumento do número de inspectores não irá influenciar decisivamente as questões do aumento da capacidade inspectiva. É necessário articular todos os outros corpos inspectivos, de modo a informarem e notificarem a inspecção do trabalho das condições irregulares que detectarem, à parte da sua competência para o efeito, ou seja, é necessário centrar sinergias dos outros corpos inspectivos e trabalhar em rede. Foi dado um relevo muito particular à ratificação da Convenção 187 da OIT e à adopção da recomendação 197 da OIT. Trata-se de uma questão de princípio e Portugal tem a obrigação de ratificar todas as Convenções de trabalho da OIT. É uma questão candente e daí estar referida na estratégia nacional.

O novo modelo orgânico da actual ACT é o modelo mais correcto, de acordo com o Dr. Luís Lopes. Juntar na mesma casa as duas faces da mesma moeda: a inspecção e a prevenção. Mas para que o modelo se implemente, é necessário que ele seja aplicado em todo o país. É necessário que o reforço dos meios de inspecção seja acompanhado pelo reforço dos meios da prevenção da área da promoção que tem a seu cargo todo o edifício regulamentador e licenciador. Como referiu o Dr. Luís Lopes: «Com trinta pessoas para todo o país, é muito difícil fazer este trabalho».

Passando ao eixo dos objectivos, no âmbito do desenvolvimento da prevenção de riscos profissionais nas empresas, como pressuposto de uma melhoria efectiva das condições de trabalho, foi dado relevo ao objectivo 8, sobre a aplicação efectiva da legislação de segurança e saúde no trabalho, em especial nas pequenas empresas. Tal como foi referido anteriormente, todo o edifício da legislação de SST, foi herdado do edifício comunitário, coerente, coeso; no entanto, sofre de um pequeno problema: toda esta legislação assenta num paradigma de empresa que não é a empresa que temos hoje – o paradigma da grande empresa. Hoje em dia são cerca de 20 milhões de micro empresas e de 205 milhões de trabalhadores nas micro e pequenas empresas, a trabalhar na UE. A legislação não está adaptada a estas empresas; temos que adaptar a legislação às micro e pequenas empresas. Compete à administração do trabalho, disponibilizar os mecanismos necessários para apoiar as micro e pequenas empresas no cumprimento da legislação.

Ao abordar o objectivo 9, sobre a melhoria da qualidade da prestação dos serviços de segurança e saúde no trabalho e incrementar as competências dos respectivos intervenientes, o Dr. Luís Lopes referiu que, nesta parte, a conversa «Começa a ficar mais quentinha». Temos vários tipos de empresas a trabalhar na prestação de serviços de SHST de forma ilegal e com pressupostos inaceitáveis, mesmo estando autorizadas. Para a ACT essa situação é inaceitável. Tal como referiu o Dr. Luís Lopes, «as empresas não estão a vender sabonetes, estão a lidar com a vida, a segurança e a



saúde dos trabalhadores». A Administração do Trabalho já está a tomar medidas e vai moralizar o sector, «doa a quem doer». Salientou que a Administração do Trabalho não está a dormir, nomeadamente quanto às evidências de cartelização e outras situações de monopólio. É também urgente a desburocratização do processo de autorização e torná-lo mais rápido, mais leve e mais eficaz.

O Dr. Luís Lopes referiu ainda que a formação dos técnicos de segurança está muito ligada à prestação de serviços de SST, em qualidade. A formação média dos técnicos superiores de segurança e higiene do trabalho é francamente inferior à formação de técnicos de segurança e higiene do trabalho. É grave que muitos técnicos de nível 3, tenham uma formação melhor e mais aperfeiçoada do que a dos técnicos superiores. Esta situação deve-se ao facto de não se terem criado regras muito específicas, desde o princípio, sobre a quem compete a formação destes técnicos, permitindo assim situações caricatas. Há que repor a moralidade deste sector. Há que voltar à ideia-base, presente no manual de certificação dos técnicos e dos técnicos superiores de segurança e higiene do trabalho, que referia que esta formação deve estar remetida às instituições do ensino superior, ao instituto de emprego e a outras instituições que manifestem idoneidade e investimento no curso. A este propósito, foi referida a necessidade de reforçar as auditorias aos referidos cursos.

O Dr. Luís Lopes destacou, na sua apresentação, o objectivo n.º 10, referindo que nenhuma estratégia de SST terá qualquer hipótese de vingar e de ser bem sucedida, se não envolver, desde o primeiro dia, os verdadeiros actores do mundo do trabalho, que são os trabalhadores e os empregadores. Ainda hoje vivemos as sequelas das guerras que se registaram nesta área, entre os interesses corporativos. Demorou muito tempo a acabar com essa guerra e ainda hoje estamos a pagar os custos da mesma. Há interesses corporativos que são legítimos e legitimados, como por exemplo os dos parceiros sociais. Há outros interesses que não só não são legítimos, como não estão legitimados. A SST é uma responsabilidade de todos, é um acto de cidadania, não é pertença de ninguém, É uma obrigação de todos.

É fácil fazer a estratégia; difícil é implementá-la na prática. Mas essa implementação não é só da responsabilidade da ACT; também é da responsabilidade dos parceiros sociais, dos técnicos, dos trabalhadores, dos empregadores.

A finalizar, o Dr. Luís Lopes afirmou que está perfeitamente convicto de que em 2012 faremos um balanço positivo desta estratégia, ao analisar a sua aplicação. O Dr. Luís Lopes afirmou também que, ao aceitar vir para o lugar que agora ocupa, o fez com a firme convicção de saber o que queria, não tendo que provar nada a ninguém e não tendo dúvidas sobre o que queria fazer. Esta estratégia é uma das primeiras mensagens, claras, daquilo que ele, e outros como ele dentro da ACT, conseguiram fazer e colocar cá fora. O seu papel não é o de ser popular. O seu papel é o de levar a missão para a frente, incomodando quem tiver de incomodar. «Aqueles que esperam facilidades da nossa parte, desenganem-se. Àqueles que me querem coser em forno lento, um aviso: antes de cozinhar o animal, é melhor matá-lo», foram as últimas palavras desta apresentação, proferida pelo Dr. Luís Lopes.



Debate: Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2008-2012. O presente e o futuro da SST em Portugal

Intervenientes: Luís Lopes (ACT), Carvalho da Silva (CGTP), João Proença (UGT), Nuno Biscaya (CIP).

Moderadores: Teresa Silveira (Vida Económica), Alberto Silveira (APSET), Fernando Santos (OERN)

O debate que se seguiu à apresentação da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, teve como objectivo uma discussão participada, quanto ao presente e ao futuro, na prevenção do risco profissional em Portugal e quanto aos caminhos a percorrer para o progresso e desenvolvimento da Segurança e Saúde do Trabalho. A base de sustentação do debate foi a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho e a opinião dos parceiros sociais quanto à sua missão, nesta estratégia.

A Dra. Teresa Silveira iniciou o debate com uma questão dirigida ao Dr. Nuno Biscaya, sobre qual o contributo que as entidades empregadoras podem dar na implementação desta estratégia, desde as micro empresas até às grandes empresas, desde o sector público, ao sector privado.

O Dr. Nuno Biscaya baseou a sua resposta em algumas das questões colocadas na apresentação da Estratégia Nacional. Esta matéria tem sido alvo de consenso, conseguido com os trabalhadores e também com os empregadores. Os acidentes de trabalho causam dificuldades nas empresas, a nível financeiro e social, sendo que este problema é agravado nas micro e nas pequenas empresas, onde a mão-de-obra e a sua assiduidade são fundamentais. No que diz respeito aos aspectos legislativos, sabe-se que a nossa legislação obedece a um paradigma que raramente se coaduna com a nossa realidade empresarial. Esta é uma das maiores causas do não cumprimento da lei, pelas empresas, no que diz respeito à SST. A CIP pediu para que a estratégia nacional fosse redigida em diploma legal e albergasse uma determinada vigência, não em função do governo existente, mas sim em função de objectivos. Aliás, tivemos vários exemplos que não resultaram no passado, precisamente devido, entre outras causas, às mexidas feitas pela tutela governamental, nomeadamente o PNAP – Plano Nacional de Acção para a Prevenção. Por sua vez e tendo presente a ratificação das convenções da OIT, referiu que é preciso ter em vista que muitos dos países que ratificam essas convenções, não têm capacidade para as assumir. As ratificações das convenções da OIT não estão em causa, mas devem ser feitas de forma ponderada e realista.

Por sua vez, o Eng.º João Proença afirmou que é por demais evidente que os trabalhadores são os destinatários das medidas de SHST, mas que também devem ser actores das medidas preconizadas. Para responder objectivamente à questão colocada, referiu cinco questões fundamentais da participação dos parceiros sociais, aos vários níveis. Em primeiro lugar, através do diálogo social europeu bipartido e do diálogo social em Portugal, que é tripartido e tem levado à estruturação das medidas de SHST. Em segundo lugar, através das políticas públicas, que são definidas com a participação dos parceiros sociais e são objecto de participação, nomeadamente no Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho. Portugal possui hoje, um nível avançado de políticas públicas, mas tem vários ministérios de costas voltadas e um nível atrasado de aplicação dessas mesmas políticas públicas. A outra questão tem a ver com o respeito pela lei. A UGT tem uma posição contrária à da CIP, no que diz respeito à transposição das convenções da OIT. A OIT é um organismo tripartido por excelência e as convenções são votadas nas conferências gerais, a partir dos votos dos representantes. Os governos têm dois votos, os trabalhadores têm um voto e os empregadores têm um voto. Há muitas convenções que foram votadas por todos os representantes portugueses, mas depois essas convenções não são ratificadas.



No quadro do respeito pela lei, é necessário reforçar os meios humanos e materiais de actuação na SHST, não só na inspecção do trabalho, mas também na promoção da prevenção. É também necessário combater a excessiva precariedade existente em Portugal. A área mais importante é a necessidade de actuar com agentes no terreno, nomeadamente a nível da eleição de representantes de SHST; a nível da sua formação; a nível da formação de técnicos de SHST; a nível de acções específicas de formação e enquadrando esta actuação no terreno com a via da negociação colectiva; um diálogo de compromisso dos acordos entre empregadores e trabalhadores, como uma área privilegiada para levar as medidas de SHST ao nível da empresa.

O Dr. Carvalho da Silva referiu que há uma necessidade muito forte da SHST ser reconhecida como um direito efectivo dos trabalhadores, direito esse que deve ser efectivado. A intervenção da CGTP verifica-se em diversos campos, nomeadamente na acção geral para as mudanças e transformações da sociedade, na regulamentação geral do trabalho, no combate à precariedade e, ainda, no plano da mobilização social e nos espaços de negociação. Há uma relação profundíssima entre o modelo de desenvolvimento do País e o estado em que nos encontramos, no que se refere à SHST. Se o modelo não evolui, também não se conseguem avanços nesta área; mas se não se forcingem avanços nesta área, não se está a contribuir, através da intervenção num dos campos fundamentais, para que o modelo de desenvolvimento se altere. Um dos indicadores mais seguros para alguém que visita uma empresa, se aperceber se essa empresa está com perspectivas de futuro, ou não, é olhar com atenção as suas condições de trabalho, a relação profunda entre a abordagem da SHST e a organização do espaço de trabalho e o modo como os trabalhadores se movimentam em torno de tudo disto.

A SHST é também um conteúdo reivindicativo dos trabalhadores. O Dr. Carvalho da Silva deu o exemplo de uma das reflexões feitas na sua tese de doutoramento, sobre as reivindicações fundamentais que os trabalhadores manifestam. No ordenamento das suas reivindicações e num universo significativo, a SHST surge em 2.º lugar, atrás das condições de retribuição de trabalho e surge também, num campo muito sensível, como factor de melhoria de produtividade. Este pode ser um novo indicador da abordagem dos conceitos de competitividade e produtividade.

Dentro dos projectos que a CGTP tem neste campo, destaca-se a celebração de uma parceria com a Confederação do Comércio, num projecto pioneiro relativo à abordagem do stress.

Face ao problema da secundarização nas micro e pequenas empresas, o Dr. Carvalho da Silva referiu que tem que haver uma outra atitude em Portugal para as micro e pequenas empresas, aos vários níveis e tem de se recentrar o papel das micro, pequenas e médias empresas, no nosso país. Quanto mais retardarmos esta recentragem, mais atrasos acumularemos e mais difícil será encontrar caminhos de desenvolvimento para a sociedade portuguesa.

A Dra. Teresa Silveira lançou uma questão ao Dr. Luís Lopes, relativa à realização do inquérito sobre as condições de trabalho, no sentido de se saber como é que o inquérito se vai aplicar no terreno e com que meios.

O Dr. Luís Lopes referiu que se o inquérito tem que ser feito, há que garantir que «vamos fazer uma coisa com pés e cabeça». Já em 1998 se tentou fazer uma coisa semelhante, uma estatística mais proactiva do que reactiva e, no fim, o resultado não foi bom. Não se conseguiram dados suficientes e perdeu-se também um ano de estatística. A primeira coisa a fazer, é colocar todos os interessados à volta de uma mesa, nomeadamente os parceiros sociais, a Administração do Trabalho (ACT), o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade, o Instituto Nacional de Estatística, o Centro Nacional de Protecção dos Riscos Profissionais e aí identificar quais os indicadores necessários e que devem ser contemplados neste inquérito. Já se deram os primeiros passos, pedindo a nomeação dos representantes deste grupo de trabalho e, até ao final do ano,



devem ser identificados os indicadores necessários. Numa 2.^a fase, identificados os indicadores que se pretendem, entram em acção os especialistas de estatística. O compromisso assumido é o de que, no final da estratégia, temos que ter o 1.^o inquérito feito, os dados tratados, os resultados obtidos e publicados. Este inquérito vai muito para além da estatística dos acidentes de trabalho.

Questionado sobre o tempo previsto para a realização do inquérito, o Dr. Luís Lopes acrescentou que o inquérito já estava atrasado em 1991. Saúda e agradece o empenho dos parceiros sociais na realização do inquérito. Este inquérito não pretende apenas obter números; pretende-se obter muito mais e descortinar o que está por detrás dos números e o porquê dos números. Não se pretende avançar para um somatório de números que não tragam valor acrescentado, em relação àquilo de que já dispomos.

Sobre o inquérito, o Eng.^o João Proença referiu que a UGT saúda a realização do mesmo e salienta a preocupação que está na sua base. As preocupações estão em saber como evoluem as condições de trabalho no nosso país, mas também como se podem melhorar essas condições, para mais rapidamente atacar a elevada sinistralidade e o problema das doenças profissionais. O inquérito obriga, de facto, ao envolvimento das autoridades estatísticas, sendo que o mesmo deve ter uma dimensão adequada, em termos de amostragem, para não levantar dúvidas quanto à sua fiabilidade. O inquérito deve ser feito em tempo útil, sendo que, para o Eng.^o João Proença, esse tempo útil será o da publicação dos resultados no ano de 2010. De acordo com o Eng.^o João Proença, vão surgir algumas resistências, mas o inquérito deve evoluir.

Sobre esta questão, o Dr. Carvalho da Silva, salientou uma referência feita pelo Prof. António Casimiro Ferreira, ao número de acidentes de trabalho. Chamou a atenção para o facto do número de acidentes de trabalho ser o triplo do número de mortos em guerra. Para muita gente, «é muito perigoso trabalhar». Mas as doenças profissionais são o quintuplo destes números. Salientou também que, numa apresentação pública recente em que esteve presente o Ministro do Trabalho, este referiu que em tudo o que se refere à observação da evolução da economia, Portugal tem indicadores que funcionam a uma velocidade espantosa, mas os indicadores relativos à área social não avançam, empatam; e é possível que estes funcionem à mesma velocidade dos indicadores económicos. Sobre o inquérito propriamente dito, é inquestionável que este avance rapidamente, devendo ser acelerado o seu processo.

O Eng.^o Fernando Santos colocou três questões sobre a legislação e a sua aplicação. A primeira questão dizia respeito ao facto da legislação ser muito descritiva, faltando a parte normativa. Será ela suficiente? Sectorialmente e para além da legislação, não será necessária a criação de normas e guias práticos que não se tornem obsoletos, dada a especificidade de cada sector de actividade? Que formação e qualificação para cada caso, que deve ser aposta, face às especificidades sectoriais?

A esta questão, o Dr. Nuno Biscaya respondeu que a nossa legislação parte da transposição de Directivas. Não concordou com a designação de leis descritivas. São leis normativas e impõem. São leis gerais e abstractas. No caso dos serviços de prevenção, por exemplo, a obrigatoriedade não está na legislação comunitária, está na legislação nacional. As normas não poderão passar a legislação. No entanto, as normas e guias práticos devem ter um papel importante na actuação prática. Quanto à formação, deve ser feita a aposta na qualidade, que permitirá uma maior competitividade das empresas. Na perspectiva dos empregadores, o ideal seria a formação em banda larga, sem prejuízo de nos aspectos mais concretos, existir uma formação mais específica.

Respondendo a esta questão, o Eng.^o João Proença referiu que «em Portugal dizemos que fazer uma reforma é fazer uma lei e depois de fazer a lei pode não mudar nada, mas fizemos uma reforma». Realmente somos «o país da lei». Depois a lei é violada e não é acatada quanto à sua efectividade. Em Portugal o problema da SHST não é tanto o problema da lei ou normas, é a efectividade do seu

cumprimento. A qualificação dos trabalhadores deve ser feita numa boa base de formação, que permita o desenvolvimento dos conhecimentos mais específicos, necessários aos locais de trabalho. Multiplicar as qualificações, em termos técnicos da SHST, não conduz a nada e não vai responder aos problemas e necessidades dos locais de trabalho. Outra coisa são as formações complementares, para se responder melhor a essas necessidades. O nível 3 e o nível 5 de técnicos de SHST, são importantes. É problemático que o número de técnicos superiores de SHST seja superior ao número de técnicos de SHST. O problema deve ser atacado, porque há uma inversão total entre as necessidades de técnicos e aqueles que efectivamente temos.

O Dr. Carvalho da Silva referiu a necessidade de se concluir a regulamentação sobre a Segurança e Saúde na construção civil e sobre as normas da Coordenação de Segurança. Impressiona ver as causas das mortes nos acidentes de trabalho verificados na construção civil, por exemplo o esmagamento, as quedas em altura, que são de uma violência que não se coaduna com aquilo que são as capacidades do ponto de vista técnico e dos meios para organizar o trabalho. Temos que ter, nestes sectores mais sensíveis, alguma preocupação.

As mexidas constantes na legislação e no plano orgânico, podem atrasar os avanços. A inspecção do trabalho deve ter a sua função, que deve ser independente dessas mexidas e que deve ter autonomia suficiente. A acção preventiva deve ter uma sensibilidade específica e também não deve ser atingida por essas mexidas, sendo a articulação com a inspecção, muito importante. A regulamentação do trabalho também pode influenciar o aumento dos riscos. Temos que ter algum cuidado, pois em alguns aspectos trabalhar mais por menos dinheiro, deixa uma marca muito clara. Se houver uma desprotecção crescente, de certeza que não vamos encontrar soluções ao nível da SHST.

O Eng.º Alberto Silveira colocou uma questão aos membros da mesa, sobre o que é que a tutela e os parceiros sociais vão fazer, na prática, para implementar a estratégia no terreno. Na apresentação da questão foi feita uma referência aos riscos que poderão estar presentes, face à nova directiva «Tempo de trabalho».

O Eng.º João Proença respondeu à questão, referindo o facto da área em que a UE avançou mais, em termos legislativos, ter sido a área da SHST, justamente porque é a única área em que as directivas podem ser aprovadas por maioria e não por unanimidade. Ou seja, após a Directiva-Quadro e como fomos obrigados à sua transposição, transpusemos e daí que os avanços legislativos em Portugal se devam, sobretudo, a este «empurrão».

No que diz respeito à nova Directiva «Tempo de trabalho», o Eng.º João Proença afirmou que não se preocupa minimamente com essa directiva. Em termos de UGT, preocupam-se em lutar contra aquilo que o Conselho Europeu aprovou em termos de directiva. Partem do princípio que as matérias mais gravosas dessa directiva não entrarão em Portugal, mas têm implicações noutros Estados-membros.

O Dr. Nuno Biscaya afirmou que desde o Código do Trabalho, o D.L n.º 441/91 tem causado as maiores dificuldades de interpretação. A Directiva-quadro está expressamente transposta pela regulamentação do Código do Trabalho, mas não está no Código do Trabalho e a matéria que é a verdadeira transposição da Directiva-quadro está no Código, mas não está na regulamentação.

Quanto à directiva «Tempo de Trabalho», a CIP não partilha da posição do Eng.º João Proença, quanto ao que deve ser feito, mas partilha a mesma posição nas questões relacionadas com os aspectos que foram alterados na nova directiva.



Em matéria relacionada com a Estratégia Nacional imperam os grandes objectivos. Na Estratégia Europeia foi colocado um objectivo quantitativo de redução em 25% os acidentes de trabalho até 2012. Na Estratégia Nacional, esses objectivos não foram impostos.

O Dr. Carvalho da Silva iniciou a sua resposta à questão colocada, referindo que os números dos acidentes de trabalho, em Portugal, divergem muito de organismo para organismo, para os mesmos períodos temporais. Acompanhou a ideia de que evoluímos, mas não mudamos. Continuamos a estar marcados por insuficiências que se vão mantendo. Se não conseguirmos romper com a nossa matriz de desenvolvimento, não avançamos. A realidade em relação à qual se aplicam os esforços de mudança, deve ser atractiva e incorporadora dessa mesma mudança.

Sobre a directiva «Tempo de trabalho», o Dr. Carvalho da Silva referiu que acompanha com preocupação os impactos da directiva e acompanha as preocupações e as posições expressas pelo governo espanhol acerca desta matéria e não tanto o pouco ou o fraco posicionamento do governo português sobre o mesmo assunto. O governo português não esteve na maioria que aprovou a directiva, a nível do espaço onde ela foi aprovada. Deveria haver outro posicionamento. Os limites de tempo de trabalho têm a ver com questões concretas sobre as capacidades físicas e intelectuais das pessoas e com outras preocupações relacionadas com o trabalho.

O Dr. Luís Lopes deu uma resposta à questão colocada, sob «pena de ser um pouco demagógico», e referiu que a garantia da implementação da estratégia, na prática, está nos parceiros sociais e nas várias pessoas, desde os técnicos aos trabalhadores que agora já não compram com facilidade e impunidade aquilo que lhes impingiam aqui há um tempo. A outra garantia é dada pelo mecanismo de acompanhamento e monitorização do grau de implementação da estratégia, que obriga à elaboração de relatórios e que, além do mais, pode sempre convocar as estruturas próprias de acompanhamento e de implementação da estratégia, nomeadamente o Conselho Consultivo da ACT, coisa que o PNAP, por exemplo, não contemplou.

Alberto Silveira

Presidente do C.O. do Congresso

